



Procura-se uma família

A caminhada de pais e filhos adotivos



**Texto**

Ana Beatriz Bartolo Mendonça

Projeto Gráfico e Diagramação

Ana Beatriz Bartolo Mendonça

Orientação

Prof^o Dr^o Rafael Fonseca

Revisão

Igor Yamanaka



Este Trabalho de Conclusão de Curso não reflete a
opinião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Seu
conteúdo e abordagem são de total responsabilidade
de seu autor.





Para a minha família







*“Família quer dizer nunca mais abandonar.
Ou esquecer”*

Lilo





Praça da Sé

Camille Beutter foi adotada com três anos e meio. Hoje, aos 18 anos, ela vive com seus pais e o irmão, que já fazia parte da família adotiva quando ela chegou. “Ele foi adotado com 5 anos e é mais tranquilo”, fato de não ter vínculos de sangue com os demais não parece lhe causar inseguranças.

O pai [adotivo] de Camille preferia que ela fosse mais parecida com o irmão, que não se sentisse tão confusa às vezes. “Eu internamente sempre me senti sem pai... Minha visão de pai desde que nasci nunca foi positiva e para ‘melhorar’, eu e meu pai adotivo não nos damos muito bem”. A adoção “é muito romantizada de que você está fazendo um favor. Adoção não é um favor, é um sentimento de você querer ter uma família e de você estar ali pela criança”.

Sua mãe [adotiva], por outro lado, “é maravilhosa”. Ela não entende tudo o que se passa com Camille, mas se esforça. “Ela é a prova que o amor e o cuidado em uma adoção fazem toda a diferença”. Camille fala que ela sempre esteve presente para entender as suas dúvidas, para ser forte quando era preciso. “Eu a amo muito, ela me incentiva sempre a me conhecer como pessoa”. Até porque nem sempre Camille entende seus sentimentos. “A única coisa que eu tenho que lidar com a adoção é o emocional”. Ela sabe que ser adotada por sua família foi o melhor que

poderia ter lhe acontecido. Mas ainda há “um sentimento de vazio e de que algo me foi tirado”.

Ao pensar em um passado quase esquecido, “as memórias são bem seletivas”. Antes de ter encontrado sua família, ela vivia na Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo. Não em algum dos prédios da região que sobreviveram às construções comerciais. Ela vivia na praça. Com a sombra da Catedral lhe protegendo do sol e as suas escadarias servindo-lhe de abrigo durante a noite.

“Ela não tinha condições de me criar. Ela pedia esmola na rua para conseguir me alimentar e coisa assim”. Ela, sua mãe biológica, se chamava Zenóbia e veio da Bahia para São Paulo para ficar na casa de uma tia em uma favela que Camille não sabe onde fica. Seu pai biológico era um membro do Movimento Sem Teto que ocupa alguns prédios abandonados no centro, mas não se sabe quem realmente é. “No meu registro não consta”.


“Zenóbia tinha alguns problemas emocionais”. Alguém denunciou a situação de rua das duas e o Conselho Tutelar interveio. “Eu acabei sendo tirada da minha mãe [biológica]. Não é que minha mãe [biológica] não me queria. Na verdade não sei, não posso nem afirmar. Mas ela não tinha condições e eu acabei sendo tirada dela”.

Como Camille era muito pequena, as suas memórias não são muito claras às vezes. “Eu fiquei indo e vindo do orfanato para ela. Eu fiquei, se não me engano, um ano nisso”. “Minha mãe [biológica] arranhou um emprego para conseguir me pegar de volta. Só que por ela ter esses problemas emocionais, não saber lidar, ela acabou voltando para rua. Largou o emprego e voltou para rua e novamente alguém acabou denunciando e novamente eu fui parar no orfanato”.

Isso não aconteceu apenas uma ou duas vezes. Se tornou frequente, até que “eu fiquei no orfanato e não sei se ela procurou emprego. Não faço a mínima ideia”. “Ela ficava me visitando, até o momento que ela parou de me visitar”.

Mas não há raiva ou ressentimento. “Na verdade, eu sempre quis conhecê-la [minha mãe biológica]. (...) Ela não tinha condições de me criar. (...) Essa separação é fruto de alguém que não tinha nem emocional e nem financeiro para cuidar de mim”.


Camille compreende a situação da mãe biológica, mas também reconhece que essa ruptura ainda lhe traz muitas inseguranças. Ela entende desde pequena o que é perder alguém, mas isso não significa que ela saiba como lidar com isso. “Nos primeiros meses de vida, temos a referência de proteção, carinho e cuidado, mas quando você está em um orfanato, você não tem isso. (...) Ninguém está vendo nosso sofrimento. (...) Essa separação para toda criança é um impacto inimaginável. (...) Eu



tenho muita dificuldade em lidar com separações, términos ou qualquer outra atitude que me transmita rejeição ou aquele sentimento de me separar de quem eu gosto”. Mesmo fazendo terapia desde os sete anos, Camille ainda não conseguiu se livrar dessa sensação de solidão.

As primeiras vezes em que se sentiu acolhida de verdade, foram nas noites em que “minha mãe [adotiva] ia no meu quarto, quando eu tinha pesadelo”. Lá ela tinha uma cama quentinha e um abraço confortável para lhe proteger do mundo e das tristezas do passado. “Minha mãe [adotiva] foi minha primeira referência de um porto seguro”.

Mas isso não é fácil. Apesar de tudo o que acontece de bom na sua vida, ainda há fantasmas lhe assombrando. Ser adotada não resolveu todas as suas inseguranças. Foi apenas um passo. “Eu ficaria muito feliz das pessoas verem o lado real da adoção. É um processo muito doloroso também”.







O artigo 277 da Constituição Federal de 1988 garante que toda criança e todo adolescente tem o direito “à convivência familiar e comunitária” e devem estar “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Ainda de acordo com a lei, é “um dever da família, da sociedade e do Estado” assegurar isso aos jovens.

Mas essa não é a realidade.

Hoje, 47.290 *crianças e adolescentes, entre 0 e 18 anos de idade, encontram-se abrigados pelo governo. Eles foram retirados de suas famílias por ordem da Justiça e vivem acolhidos em entidades como abrigos, casas-lares ou famílias acolhedoras.

A grande maioria possui um histórico de violência doméstica, abusos físicos e psicológicos, maus-tratos e abandono. Eles não são necessariamente órfãos. São desamparados. Frutos de famílias mal estruturadas, de um sistema de apoio deficiente e vítimas de problemas sociais maiores, como drogas e miséria.

* Dados retirados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas no dia 07 de novembro de 2018.





Esse período de institucionalização faz parte de um processo que tem como objetivo ajudar as famílias de origem, para que essas crianças possam retornar a um ambiente saudável e benéfico para o seu desenvolvimento. Para isso, é efetuado um trabalho multidisciplinar pelo Conselho Tutelar, o Poder Judiciário e o Ministério Público, no qual cada caso é analisado de acordo com as suas particularidades.

Junto deles, órgãos de educação e saúde dos municípios e as assistências sociais atuam para compor a “rede de proteção” às crianças. Esse grupo tenta reparar as questões que levaram ao acolhimento dos menores, utilizando programas do governo como, dependendo da situação, o acompanhamento para usuários de drogas, auxílio na busca de emprego, pagamento de bolsas financeiras para subsistência ou aluguel, por exemplo.

Longe dos olhos da sociedade, os dependentes passam um longo tempo aguardando que o serviço público encontre uma solução para seus casos, de forma que eles possam retornar a viver entre os seus.

Porém, às vezes isso não é possível.

Mesmo após inúmeras tentativas, a complexidade de alguns processos leva os juízes encarregados a extinguir o Poder Familiar que os pais possuem sobre os filhos aos olhos da lei, encerrando essa relação. Os genitores perdem o vínculo familiar com essas crianças e adolescentes, os quais ficam sob a guarda do Estado até que encontrem novos lares.

A princípio, outros familiares são consultados sobre o desejo de cuidarem desses jovens. Mas nem sempre isso é viável. Seja porque não se conhecem outras pessoas que já tenham um laço afetivo com os menores ou porque simplesmente ninguém tem o interesse de assumir tal responsabilidade.

Assim, esses pequenos continuam institucionalizados, aguardando por alguém que demonstre a vontade de criá-los e decida adotá-los. Essa espera pode demorar alguns dias ou uma vida inteira. Diversos fatores interferem no tempo dentro dos abrigos, como idade, etnia, gênero, estado de saúde e se há ou não irmãos.

Do outro lado, aqueles que pretendem adotar precisam lidar com os próprios preconceitos e limitações antes de encararem o desafio de escolher uma dessas crianças como seu filho.

Para tentar evitar possíveis devoluções dos menores às casas acolhedoras, e causar um novo trauma de abandono, as assistentes sociais responsáveis por conduzir esses processos estimulam os adotantes a especificar de maneira objetiva um biotipo e quadro clínico esperados para a aceitação. Isso alonga ainda mais a chamada “fila da adoção”, pois muitos não estão abertos à diversidade encontrada nos abrigos e ficam aguardando um perfil ideal.





Ao mesmo tempo, os pequenos continuam envelhecendo e se afastando do retrato desejado. Então, eles observam suas chances de encontrar uma família reduzindo com o passar dos anos, até que completam a maioridade e se veem, efetivamente, sozinhos no mundo.

Apesar que a situação também não é mais fácil quando se encontram novos pais. Mesmo que esses tenham passado por toda a burocracia e terapia exigida pelo governo para adotar, isso não garante um encontro feliz.

A criança precisa encarar os próprios problemas com o abandono e a ruptura de laços afetivos com o grupo biológico. Além disso, ela também deve estar preparada para entender o seu papel na família adotiva.

Por vezes, ela encontrará questões que vão além da sua própria existência, como o luto da infertilidade sentido pelos novos pais ou as expectativas que eles têm sobre a nova rotina. Isso para exemplificar o mínimo.


A construção de um laço familiar entre adotantes e adotados é um processo que vai além do simples desejo. A elaboração psicológica necessária entre as duas partes faz com que o amor e a paciência nem sempre sejam o bastante. É um trabalho complexo e minucioso que demanda tempo, disponibilidade emocional e, muitas vezes, um acompanhamento especializado para evitar um novo trauma de abandono nas crianças.

Seria sublime poder dizer que a Constituição de 1988 é seguida ao pé da letra. Que a sociedade está preparada para acolher seus filhos e garantir o desenvolvimento saudável de todos os seus jovens. Que vínculos sanguíneos são o bastante para garantir a formação de uma família feliz e amorosa.

Essa não é a verdade.

A lei não comporta a complexidade das relações humanas.





“Infelizmente encontrei alguém para ficar com meu filho. Felizmente vão amá-lo. Infelizmente não posso ficar com ele”. Mãe de outras duas crianças, sem emprego e morando na casa dos pais, ela não viu como poderia ficar com aquele que ainda não havia nascido. O pai biológico “me ameaçou diversas vezes para dizer que o filho não era dele”. Saiu de uma cidade pequena na Bahia para ir a Goiânia, onde uma amiga encontrou pais para seu bebê. Nasceu no dia 8 de maio, por uma cesárea. “Eu acho que depois que eu for embora daqui ela não vai querer contato comigo”. Ela, a outra. Durante o final da gestação ela a tratava bem, mas agora só a queria distante do seu filho. “Eu vejo como são amorosos”. Agora, a outra é a mãe dele. “Vão chamá-lo de Enzo Gabriel”.

R.C. Mãe doadora.





I

“É um poder supradivino”, exclama sobre a responsabilidade de julgar um processo de adoção, o Juiz Iberê de Castro Dias, da Corregedoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo. “Quando as pessoas vão ter filhos, ninguém analisa se você tem condição ou não, e a gente [equipe da Vara da Infância e da Juventude] tem essa possibilidade de analisar o perfil psicossocial dessa pessoa”.

Ele explica, que apesar do que é generalizado, a adoção em si é apenas uma entre as três medidas jurídicas que envolve a composição de uma família por vínculo afetivo. Além dessa que trata sobre a aproximação e consolidação do relacionamento entre os novos pais e filhos, ainda há as etapas de habilitação dos pretendentes e a destituição do Poder Familiar sobre os menores.

Na grande maioria dos casos, essas tramitações correm de forma separada e independente. “Pode ser desses três procedimentos acontecerem em um só. É raro, mas pode acontecer”, comenta o Dr. Iberê.

De maneira geral, a adoção está sujeita à finalização dos outros dois processos, especialmente da destituição do Poder Familiar e o ingresso do jovem no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Uma criança só pode



fazer parte legalmente de um novo núcleo familiar quando os vínculos jurídicos decorrentes da origem biológica são rompidos.

É por isso que boa parte dos pequenos que se encontram abrigados hoje não faz parte do CNA. “A adoção é a última consequência. Ela só vai acontecer quando não tiver outra possibilidade daquela criança ou daquele adolescente continuar na sua própria família biológica ou na família extensa”, garante o Dr. Iberê. Isso porque, uma vez que os próprios pais não são considerados aptos para serem responsáveis pelos menores, a legislação brasileira prioriza manter os destituídos com pessoas que sejam seus familiares, como tios e avós, ou seja, que componham a família extensa.

O juiz explica que não há uma definição legal sobre quais seriam os parentes indicados para cuidarem da criança aos olhos da lei. A ideia é encontrar um adulto que já tenha uma ligação emocional com o jovem e que tenha condições psicossociais de lhe proporcionar o melhor desenvolvimento psíquico.

Sob essa perspectiva, pode acontecer de não existir uma relação biológica na família extensa, pois “cada vez mais se tem entendido que vínculo afetivo também forma vínculo jurídico”, explica o Dr. Iberê.

Como não há uma manifestação clara da lei sobre esse quesito, o entendimento dos juristas está começando a priorizar os relacionamentos que constituem um ambiente familiar. “Esse é o grande negócio”, afirma o Juiz, “primo de segundo grau não é nem parente, juridicamente falando, mas dependendo da situação, você pode considerar aquilo”.

O sistema de adoção é compreendido sob a perspectiva traçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), portanto o seu objetivo é priorizar o superior interesse da criança, o que, a princípio, é mantê-la entre os seus.

O objetivo com isso é impedir um trauma maior proveniente da ruptura. “A lei sempre vai procurar mantê-la na família de origem por alguns motivos: pela vinculação e pela cultura”, explica a psicóloga Tatiany Schiavinato, especialista em acompanhamento pré e pós-adoção.

“Essa família tem uma certa religião, tem certos costumes, então a lei vai tentar mantê-la ali porque a criança já está acostumada”, afirma a profissional. Mesmo que mais novos, os jovens já possuem hábitos, regras e rituais que podem mudar completamente quando são colocados em uma família adotiva. Inserir-los em uma realidade muito diferente pode possuir um impacto que nem sempre é benéfico para os menores, uma vez que eles já estão lidando com a separação dos pais biológicos.

Porém, a Dra. Tatiany argumenta que “no Brasil, ainda existe muito a valorização do sangue”, o que pode levar ao sistema jurídico cometer equívocos, pois irá colocar “a criança num lar de uma família





extensa que não está preparada, que não quer recebê-la, e que só vai recebê-la para cumprir uma formalidade”.

Existe um contexto moral na sociedade que recrimina o não acolhimento de crianças destituídas. No coletivo, espera-se que a família extensa, por compartilharem laços sanguíneos, tenham a obrigação de cuidar desses jovens, pois seria “o melhor para eles”. Muitos acabam fazendo isso, mesmo não desejando, para evitar julgamentos em seu círculo de convívio.

“O Brasil precisa evoluir muito nesse quesito de o que é melhor para a criança, pois não necessariamente vai ser a família extensa”, argumenta Dra Tatiany. “Seria necessário um estudo muito mais minucioso e uma preparação também, como tem os pretendentes a adoção, uma preparação para a família extensa receber essa criança”, sugere a psicóloga.







Os números que ninguém vê

Ao todo, existem 9.244* crianças e adolescentes registrados e disponíveis para a adoção no país. Eles já estão destituídos de uma forma geral, ou seja, não possuem nem mães e nem pais responsáveis pelos seus cuidados.

Segundo os dados disponíveis no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quase metade desses jovens são denominados pardos (49,73%). Depois a lista segue com menores brancos (32,95%), negros (16,75%), indígenas (0,36%) e amarelos (0,22%).

O estado de São Paulo possui o maior número de abrigados, cerca de 19,67% do total. A estrutura da rede de proteção local permite uma ação mais efetiva tanto na recuperação de famílias desestruturadas quanto no encaminhamento da Destituição. Os estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais seguem o ranking com 16,14% e 11,10% dos menores acolhidos respectivamente.

Cerca de 67,89% dos jovens possuem mais de 7 anos. A partir dessa idade as chances de ser adotado começam a reduzir. Isso porque apenas

* Dados retirados do portal do Conselho Nacional de Justiça no dia 07 de novembro de 2018.



14,42% dos 44.845 pretendentes habilitados no território brasileiro estão abertos a esse perfil. Ao mesmo tempo, 46,02% dos adultos estão esperando por bebês de até 3 anos, o que representa uma faixa de 19% dos abrigados.

Essa diferença entre o interesse dos adotantes e a realidade nas casas de acolhimento mostra como há um certo receio em adotar crianças mais velhas e adolescentes. De acordo com a Dra. Tatiany, isso acontece porque existe um “puro medo do desconhecido”. Ela explica que quando se tem um filho por vias biológicas ou se adota um bebê, os pais constroem o conhecimento e a identidade do menor juntos, já que tudo é uma novidade para o pequeno. “Você vai ser a base dele. E com uma criança mais velha não, ela já tem uma base”, comenta.

Quando se é mais maduro e tem parte da personalidade formada, o menor já possui costumes, manias e um passado com memórias boas e ruins. “Ele já tem uma base. Então você não tem que lidar somente com a construção do amor, que leva tempo e dedicação, você também tem que lidar com o passado dessa criança, com os traumas já estabelecidos, a família biológica e o luto que essa criança tem dessa família que se perdeu”, explica a psicóloga.

Ainda assim, é preciso destacar que além da idade, o quadro clínico pode ser um empecilho até para os mais novos, já que 62,15% dos habilitados aceitam somente crianças plenamente saudáveis. Os outros 37,85% determinaram um perfil que varia entre expostos ao HIV (4,98%), deficiências físicas (6,34%) e mentais (3,43%) e outras doenças não especificadas (34,88%).

A etnia, por outro lado, não parece ser uma barreira muito grande. Apenas 20,67% dos adultos restringiram seu perfil a uma raça específica, seja ela branca, preta, parda, amarela ou indígena. A grande maioria aceita mais de um biótipo ou é indiferente a isso.

O Juiz Iberê, porém, alega que “os dados do Cadastro Nacional são muito pouco confiáveis”. “É uma estimativa”. Apesar de uma nova ferramenta estar sendo testada desde agosto, o CNA é muito falho. O doutor explica que é preciso “fazer uma série de retrabalhos”, porque os técnicos precisam alimentar de forma manual os cadastros de cada Vara, dos estados e do país.

“Quem faz isso? É um ser humano. Como esse cara tem outros trezentos trabalhos para fazer, ele acaba sempre fazendo um errado. E quando ele acaba fazendo errado a adoção, ele ferra a lista toda do Cadastro Nacional”, reclama o jurista. Por isso, não é difícil encontrar números desatualizados ou informações que se contradizem.

Assim, foi desenvolvido um novo CNA, que começou a funcionar no dia 13 de agosto, após testes realizados nos estados do Espírito Santos,





Paraná, Rondônia e São Paulo. O projeto tem como base o Sistema de Informação e Gerência da Adoção e do Acolhimento no Espírito Santo, implantado desde 2008 na região. Ele é mais inteligente e informatizado.

A plataforma permite a inclusão de fotos, cartas, desenhos e vídeos das crianças disponíveis para adoção em uma área com acesso permitido apenas aos pretendentes cadastrados. Além disso, por meio da inteligência artificial, ela própria será capaz de notificar os juízes quando algum processo estiver fora do prazo ou indicar possíveis combinações entre pretendentes e crianças após uma varredura automática diária.

O Juiz explica que o computador fará funções que hoje são realizadas por profissionais nas Varas de Infância e Juventude. Então, por exemplo, os adultos se cadastrarão em suas comarcas e especificarão em quais estados eles terão disponibilidade de buscar o seu filho.

Durante a noite, o programa encontrará a partir da criança, quais pretendentes no país todo estão habilitados a ela e quais as suas posições na fila da adoção. Isso facilitaria o trabalho das assistentes sociais em conectar pais e filhos.

“Então um cara lá do Acre se habilitou hoje e lá não tem ninguém, mas aqui em Santa Catarina tem uma criança com o perfil dele, o sistema vai fazer um cruzamento automático e identificar”, explica o Juiz.

Porém, mesmo diante da tentativa de consertar essa falha burocrática, ainda é possível dizer que a idade é a principal discrepância entre as expectativas dos habilitados e a realidade dos abrigos, já que os adolescentes são maioria dos acolhidos e a minoria entre os escolhidos. **Como consequência, os pretendentes que optam por perfis mais restritos acabam ficando na fila de adoção por mais tempo.

“Se você quer adotar uma criança branca de até seis meses, maravilha. Diga isso. Não mente no perfil porque vai ser pior”, alerta o Dr. Iberê. “Não é crime, não é condenável, nada disso. Cada um sabe como quer exercer o seu papel de pai e mãe. Apenas tem que arcar com as consequências”.

Ele destaca essa questão como uma defesa à Vara da Infância e do Adolescente contra as reclamações frequentes de que as crianças envelhecem nos abrigos por causa da demora legal. “A espera da fila [da adoção] não tem nada a ver com burocracia, com a demora do poder judiciário. Tem a ver com o perfil que a pessoa escolhe para adotar. Quanto mais amplo o perfil, especialmente de idade, menos tempos ela vai demorar”, afirma.

Antes de atuar na Corregedoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, O Juiz Iberê trabalhava na Vara de

** Mais dados podem ser observados na página 31.




Guarulhos e afirma que o tempo médio para habilitação dos pretendentes nessa comarca é de 6,5 meses. *** “É menos que uma gestação! Dependendo do perfil, em tese, depois de 6,5 meses a pessoa pode estar com a criança lá”, exclama.

“Se a pessoa vem e fala ‘pode ser menino ou menina, qualquer origem, aceito doenças curáveis e um criança que tenha até seis anos’, por incrível que pareça, é um perfil muito restrito, porque vai ter muito mais gente interessada em adotar, do que criança para ser adotada, então ela vai esperar muito tempo na fila porque a barreira etária hoje está em oito anos”, exemplifica o Juiz. “Se ela diz ‘eu aceito adotar qualquer criança com esse perfil até 10 anos, muda completamente o tempo na fila dela. Pode chegar ao ponto de não ter fila”.



*** Dado informado em 16 de abril de 2018.





“A moça me disse: ‘só tem uma coisa, ele é branco, mas a mãe é negra. Não sabemos como ele vai ser’. Eu disse que isso não tinha importância. Aí ela disse que ele era soropositivo. Isso, sim, me balançou”. Rafael tinha 18 dias quando foi para casa, “não dormi. Passei a noite olhando para o berço do lado da minha cama”.

“Ele tomava remédio para o HIV e antibióticos para evitar possíveis infecções. Também tinha que fazer exames de carga viral, que já negativaram desde o primeiro”. “Com um ano e meio é feito o exame definitivo, então tivemos a certeza de que ele estava livre do vírus”. “O HIV me balançou por pura ignorância, muita pouca informação sobre o assunto”.

Quando Rafael tinha três anos, eles entraram na fila de novo. Seis anos depois, encontraram Vitória. “Só acrescentamos o Ana”. “Ela é parecidíssima com o Rafael. Parecem irmãos biológicos”. “Ela era soropositivo, mas assim como o Rafael, negativou”. “Vitória é muito esperta e arteira. Mas é uma criança tranquila, não dá trabalho nenhum. Acho que vai ser estudiosa”.

Cerlei Nekel, mãe do Rafael de 14 anos e da Ana Vitória de 5 anos.





São crianças e não números

O Super-Homem foi adotado pelo casal de terráqueos Jonathan e Martha Kent. A gorila Kala acolheu e protegeu o bebê Tarzan após a morte de seus pais. Moisés, segundo a tradição judaico-cristã, foi encontrado no rio Nilo pela princesa do Egito, que decidiu fazer dele seu filho e herdeiro do trono. Peter Parker cresceu na sua família extensa, sob os cuidados de Tia May e Tio Ben.

De alguma forma, todos conhecem um caso de adoção. Isso porque além de relatos existentes no círculo de convívio, eles são usados como ferramentas em narrativas de ficção, as quais muitas vezes tratam de heróis.

“É muito interessante ver como a história da humanidade foi perpassada pela história da adoção. Todo esse clamor tem a ver com como evitar que uma criança morra abandonada, sem cuidados, por conta do desamparo”, comenta a psicóloga Maria Luiza Ghirardi, fundadora do Grupo Acesso do Instituto Sedes Sapientiae, voltado para estudos, intervenção e pesquisa em adoção.

É como se a sociedade tivesse que encarar os próprios medos de solidão e esquecimento ao ter que encarar cada jovem destituído. Existe uma necessidade inerente ao ser humano em estar entre os seus, em pertencer a um grupo que lhe queira bem. O menor é visto em uma



situação de vulnerabilidade quando não há uma rede de apoio para protegê-lo de forma espontânea, sem a imposição da lei.

Assim, aqueles que se pré-dispõem a acolher essas crianças e adolescentes e assumi-las como seus filhos, independentemente de suas origens, se tornam “idolatrados”, na visão da Dra. Maria Luiza. Socialmente, essas pessoas estariam se expondo para “salvar uma criança do abandono”.

A psicóloga destaca que é nessa perspectiva que mora um dos principais problemas da adoção. As razões que levam a adotar um pequeno revelam muito sobre o quão receptivos os pretendentes estão à realidade dos que estão abrigados. O passado, muitas vezes difícil, desses menores exige um preparo psicológico para suprir as suas necessidades sócio-afetivas.

“As motivações ligadas ao altruísmo, de ajudar a criança, quando ele é predominante no candidato, isso acende uma luzinha de que alguma coisa aí não está certa”, exemplifica a Dr. Maria Luiza. Ela destaca que adoção não é um ato de caridade. Quando tratado como um gesto de bondade, o adulto carrega expectativas e cobranças que são passadas à criança como um dever, o qual elas não possuem responsabilidades.

Não trabalhar corretamente causas como essa sobre o desejo pela adoção leva os pais a terem “muita dificuldade em aceitar que a criança tenha a sua expressão genuína, pessoal, que ela não caiba necessariamente dentro desse molde que eles projetaram para ela”, explica a especialista.

Essa questão pode ser desenvolvida com um suporte profissional, para analisar e desconstruir concepções erradas. De fato, a lei exige que os pretendentes passem por um acompanhamento psicológico, participem de grupos de apoio e realizem uma qualificação antes de entrarem na fila.

O Juiz Iberê comenta que “se o adotante quer uma criança recém-nascida, por exemplo, dependendo do fórum que ela está, ela vai esperar sete anos”, o que pode gerar angústia e idealizações sobre o que é ser mãe e pai. É preciso adequar a expectativa de quem está adotando à realidade, pois sem isso, “você aumenta a chance da adoção ser frustrada”. Dentro das Varas da Infância e da Juventude, é feito por meio de palestras e workshops.

“Uma das grandes funções do curso é mostrar para a pessoa que vai adotar que não é aquele mar de rosas, que ela vai ter um monte de problemas, que vai dar um monte de preocupações e mesmo assim vai ser a coisa mais legal da vida dela. Mas que não vai ser fácil porque não é fácil ter filhos!”, exclama o jurista.





Laços possuem nós

“Tome em vista que nenhuma lei dá conta. Quer dizer, de abarcar situações com tamanha complexidade quando se envolve relações, sentimentos, afetividade”, declara a Dra. Maria Luiza. Mesmo sendo tão detalhado, o processo de adoção sempre corre o risco de não contemplar algo. Isso porque cada um traz o seu próprio contexto emocional e envolve preparos psicológicos que podem não ser previstos na legislação.

É preciso ter em mente que esse sistema lida diretamente com experiências humanas e o desejo pessoal de constituir uma família, tanto da criança quanto do adulto. “A gente tem que entender que cada ser humano é único, por isso que não dá para colocar aqui uma receita, uma fórmula!”, exclama a Dra. Tatiany.

As duas psicólogas concordam que cada caso deve ser estudado de forma independente. O ideal é compreender a psique do jovem para identificar o impacto das separações na sua formação e defender a situação mais benéfica ao seu desenvolvimento no longo prazo.

Atualmente o judiciário tenta interpretar as particularidades de cada situação, sempre respeitando os direitos definidos pela Constituição Federal. O Dr. Iberê alega que há “uma margem muito cinza na lei, mas que a nossa função [do sistema de Justiça] é justamente interpretar isso”. Dependendo do caso, ele afirma que há a possibilidade do juiz responsável entender que o princípio constitucional do superior interesse dos menores prevalece sobre as regras do ECA, o que permitiria condições fora das determinadas pela legislação.



Por exemplo, para adotar, o pretendente deve ser pelo menos 16 anos mais velho que o menor. Porém, nas hipóteses de que já haja um vínculo afetivo entre as duas partes ou que um dos membros do casal seja mais novo e não tenha essa diferença completa de idade, é possível que a adoção ocorra normalmente. Isso se o juiz entender que a discrepância não prejudicará o jovem.

São casos e casos.

Essa complexidade também é um dos motivos que tornam a destituição do poder familiar, a habilitação para a fila e a adoção um pouco demorados. “Quando a gente fala de adoção, tem que tomar cuidado para não ser engenheiro de obra pronta. É tipo comentarista de jogo que já acabou. Quando o jogo acabou 2 a 1, tem como o cara falar ‘claro que foi 2 a 1, ali aos 30 minutos do primeiro tempo o treinador mexeu errado! Tinha que ter colocado um volante e um atacante’. Depois que o jogo acabou é fácil fazer uma série de análises. Enquanto a coisa está acontecendo, você não tem como antever o que vai dar certo lá na frente”, argumenta do Dr. Iberê.

A assistência social e os psicólogos da Vara da Infância e da Juventude necessitam estar confiantes o bastante de que suas decisões irão de fato ajudar os abrigados. É uma tentativa de errar o menos possível e isso não pode ser precipitado.

“Internamente, o tempo que a gente precisa para elaborar nossas questões é muito diferente, é mais lento que o tempo jurídico, que o tempo que se estabelece externamente”, pontua a Dra. Maria Luiza. A compreensão das crianças sobre o abandono, o fim dos laços com a família biológica e a inserção em um novo núcleo familiar, assim como o entendimento dos adultos sobre as suas motivações e inseguranças a respeito da adoção, exigem um processamento gradativo. “Tanto o tempo muito pequeno e apertado, quanto aquele muito elástico vai ser prejudicial” afirma a psicóloga.

O trabalho em torno desses assuntos depende do amadurecimento mental e emocional que ocorre de acordo com o ritmo de cada um. Não há prazos ou manuais de como isso deve ser elaborado. É algo pessoal. E cabe à equipe responsável pelos processos orientarem e interpretarem o equilíbrio de todos os envolvidos.

O mesmo vale para o período de adaptação entre os adotantes e os adotados, quando eles estão se conhecendo no abrigo ou quando o adulto possui a guarda do menor, mas a adoção ainda não foi concluída. “O fato do legislador criar um prazo [para as visitas ou a guarda] não significa que os vínculos vão se formar naquele intervalo. Não dá para você estipular um prazo e querer que ele seja definitivo”, explica o Dr. Iberê. Por isso, concluir a adoção também demanda tempo.



Os números do CNA

Os gráficos aqui apresentados trazem um retrato de como é composto o Cadastro Nacional de Adoção. Aqui serão encontrados dados sobre a etnia, a idade, o gênero e o quadro clínico dos menores abrigados.

Ao mesmo tempo é possível ter uma visão sobre quais as perspectivas dos pretendentes ao descreverem seus “filhos ideais”.

Os dados são de 07 de novembro de 2018.

Gênero



4.271

Dos 9.244 menores registrados no CNA, 53,80% são do gênero masculino e 46,20% do feminino.



4.973



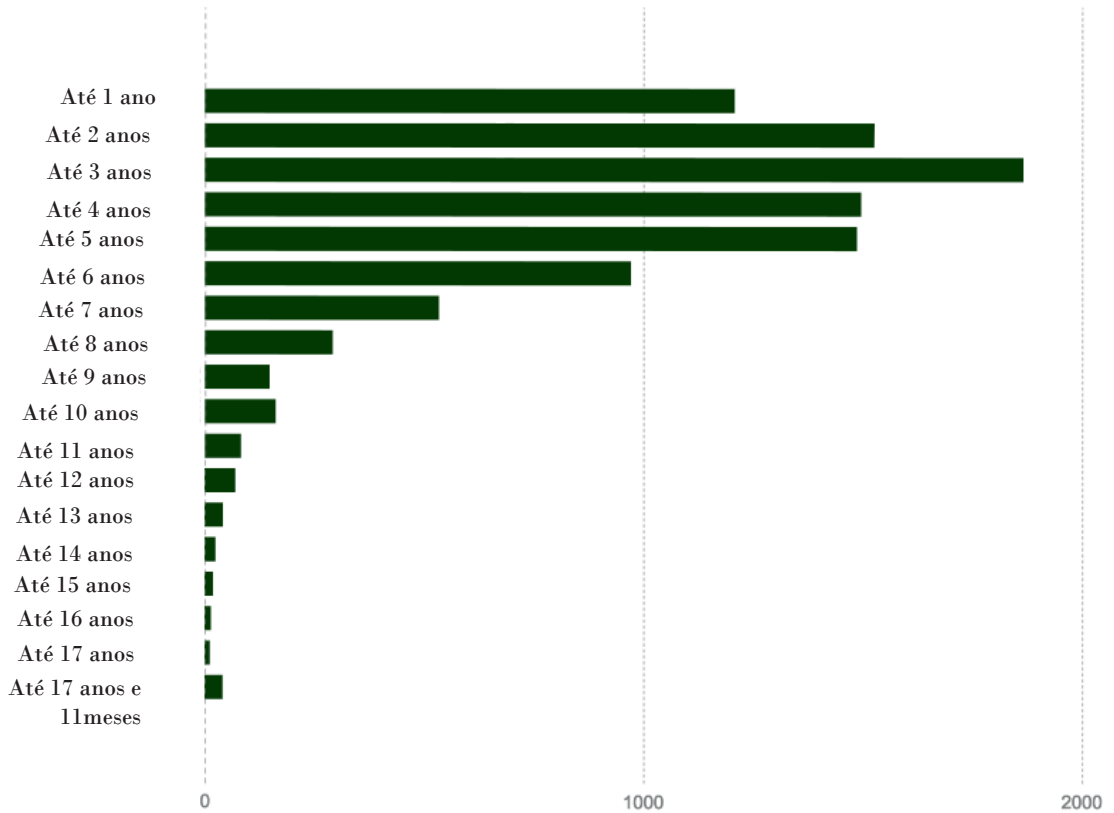
Ao realizarem o cadastro, os pretendentes podem optar entre menino e menina ou ser indiferente ao gênero.

Atualmente, 64,40% não elegem um gênero. Outros 27,17% aceitam apenas garotas, enquanto 8,44% preferem somente meninos.



Idade

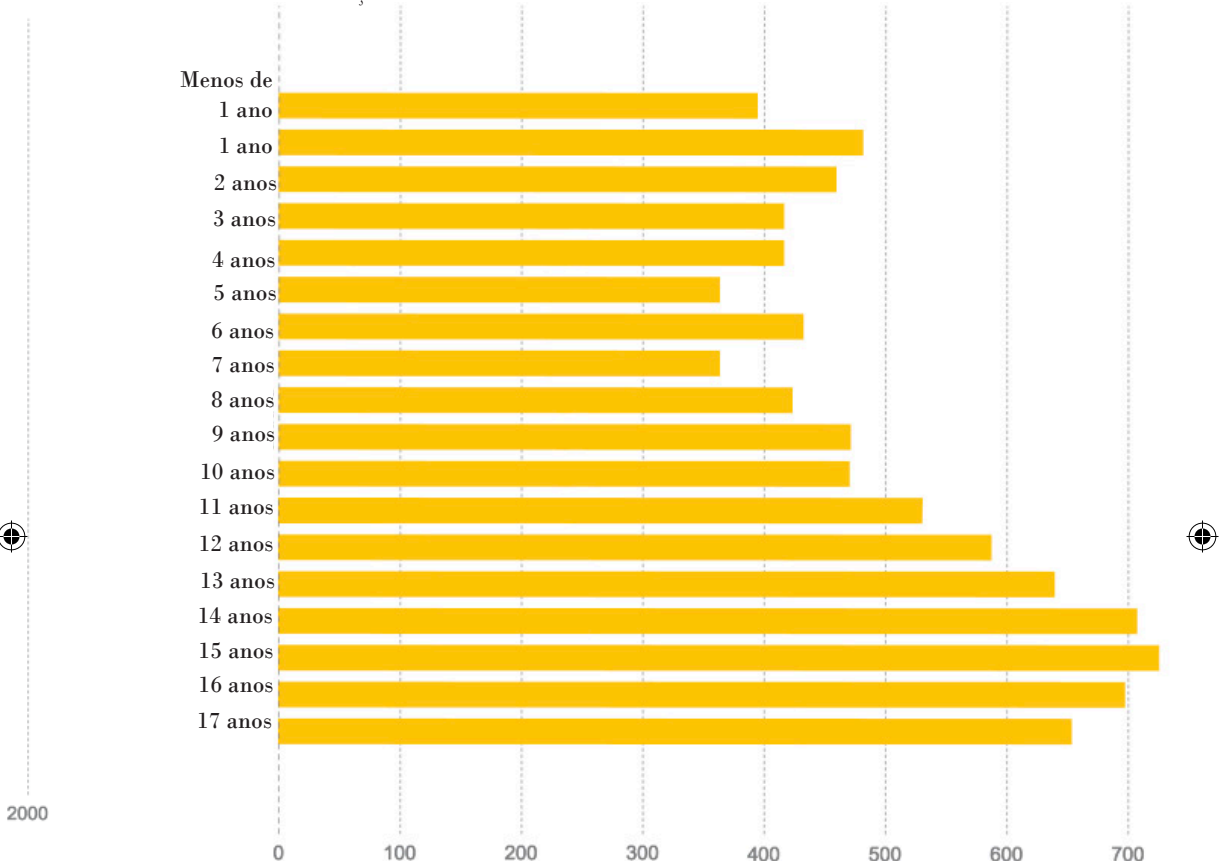
Escolha dos pretendentes



A maioria dos pretendentes esperam por bebês porque desejam passar por todas as fases do desenvolvimento infantil, além de terem um pouco de receios a respeito da adaptação de crianças maiores e adolescentes.



Idade das crianças

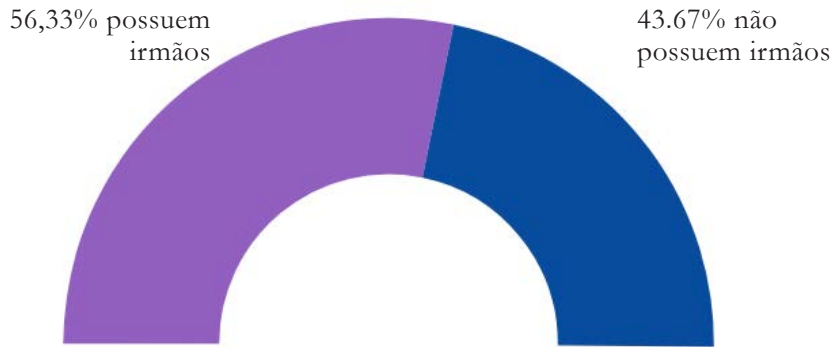


Quando se é mais velho, já há parte da personalidade formada, costumes, manias e um passado com memórias boas e ruins que tanto o menor quanto a nova família precisam aprender a lidar.



Irmão

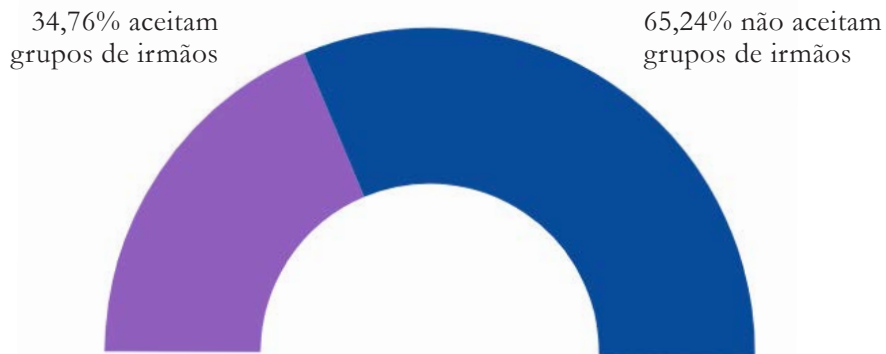
Crianças



*3,08% dos abrigados possuem irmãos gêmeos



Pretendentes



*34,76% dos pretendentes aceitam irmãos gêmeos





Quadro Clínico

Crianças



- 79,77% não possui doenças detectadas até o momento
- 1,18% possuem HIV
- 3,57% possuem deficiência física
- 8,38% possuem deficiência mental
- 12,59% possuem outro tipo de doença



Pretendentes



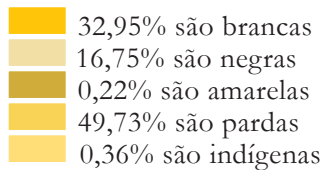
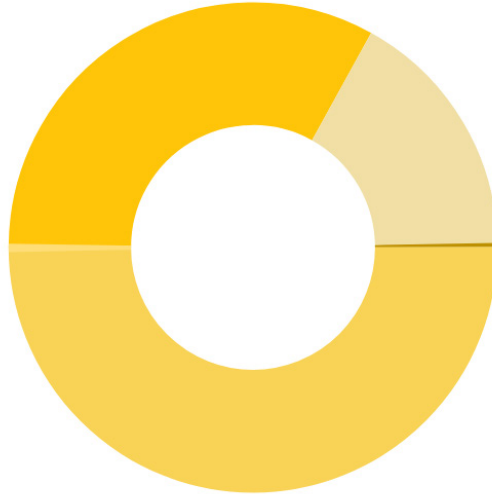
- 62,15% aceitam apenas crianças saudáveis
- 4,98% aceitam crianças com HIV
- 6,34% aceitam crianças com deficiência física
- 3,43% aceitam crianças com deficiência mental
- 34,88% aceitam crianças com outro tipo de doença





Etna

Crianças



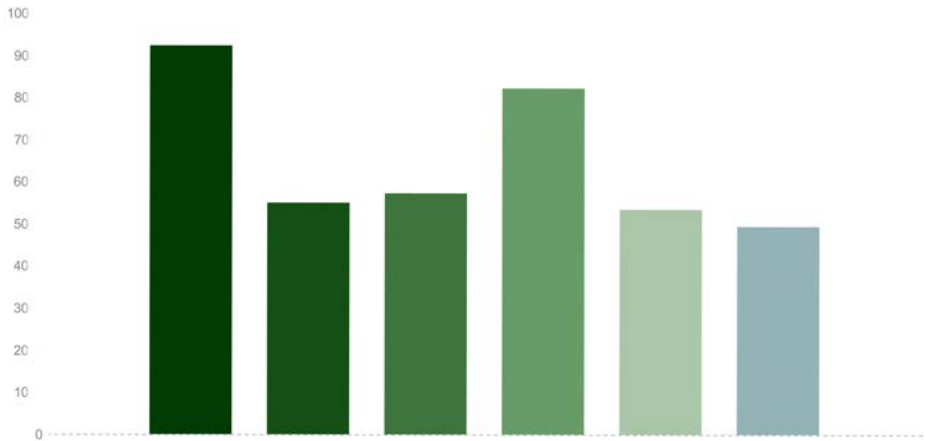
Ao definirem um perfil para a criança esperada, os habilitados conseguem traçar inúmeros quadros, principalmente quando se fala na etnia aceita. Nesse quesito, os pretendentes podem ser completamente indiferentes - perfil mais aberto -, escolherem duas ou mais etnias aceitáveis ou fecharem completamente o perfil e restringirem suas escolhas a apenas um biotipo.

Apesar disso, com base nos números apresentados pelo CNA, é possível observar que a etnia não é o maior entrave para os processos de adoção. A limitação nas escolhas por idade, aceitar ou não irmãos e quadro clínico são o que limitam as opções de famílias para os menores e, conseqüentemente, aumentam o tempo na fila.





Pretendentes



- 92,35% aceitam crianças brancas
- 55,04% aceitam crianças negras
- 57,30% aceitam crianças amarelas
- 82,23% aceitam crianças pardas
- 53,48% aceitam crianças indígenas
- 49,42% são indiferentes à etnia da criança

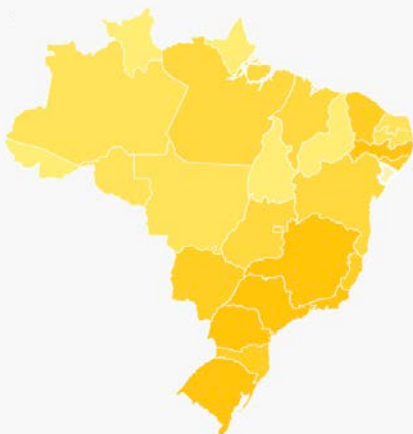
- 15,58% aceitam somente brancas
- 0,81% aceitam somente negras
- 0,10% aceitam somente amarelas
- 4,12% aceitam somente pardas
- 0,06% aceitam somente indígenas





Estado

Crianças



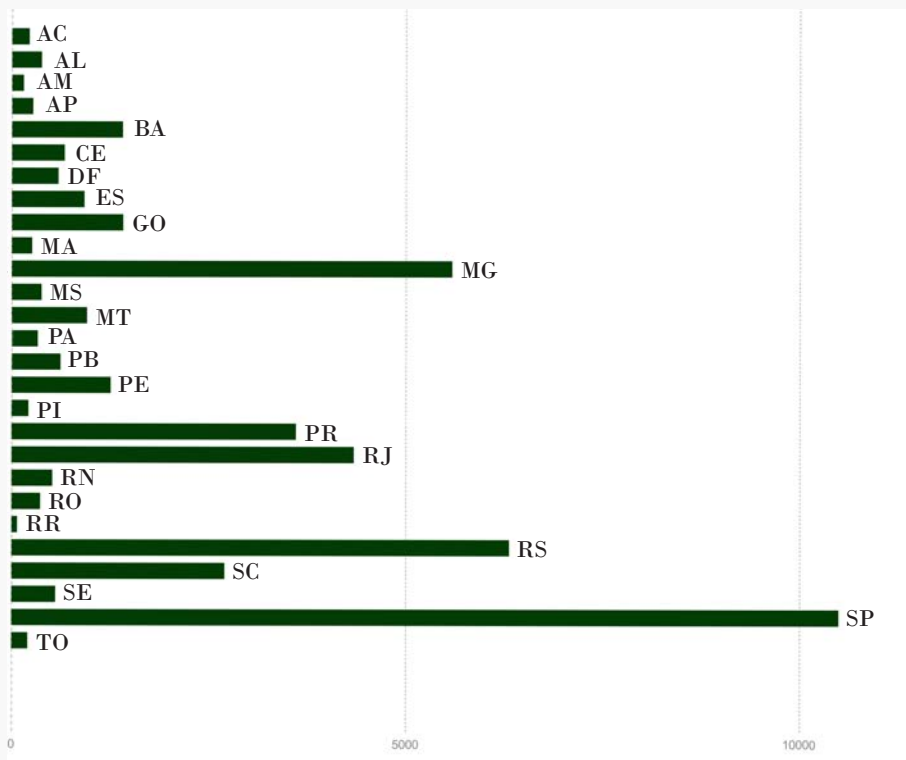
Na hora de encontrar um adotante para um menor, existe uma prioridade em relação a sua localização.

Inicialmente, procura-se um pretendente aberto ao perfil da criança ou do adolescente na sua comarca de residência. Depois no seu estado e por fim, no país inteiro.

O novo CNA tem como proposta digitalizar essa busca, de forma que ela seja mais rápida.



Pretendentes



Durante o registro no CNA, os pretendentes sinalizam em quais estados eles possuem disponibilidade para buscar os menores. Isso, porque durante a fase de aproximação, é preciso que eles visitem as crianças em suas cidades por um prazo determinado.

Assim, por exemplo, um adotante que determine a sua região como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais não será chamado para conhecer uma criança no Rio Grande do Sul.








Maria

“Não queremos começar nossa família de forma ‘errada’”. O processo legal é lento e burocrático para Daniela, de 31 anos, mas “temos muito medo de dar alguma coisa errada e tomarem nosso filho”. Ela e a esposa Gracelia Carvalho, de 30 anos, estão na fila desde 26 de outubro de 2017. “Adoção consensual está completamente fora de cogitação para nós”.

Desde que se tornaram habilitadas, “uma avó com a neta abrigada, mas não destituída, duas gestantes e uma tia que não quer mais o bebê” já ofereceram suas crianças a elas. “Uma das partes mais difíceis em meio ao processo é ter que lidar com pessoas que nos procuram perguntando se não queremos adotar seus filhos, netos”.

As duas sabem que adoção consensual é ilegal, “mas é muito dolorido dizer não para alguém, quando nos buscam”. Os casos semelhantes que Daniela conheceu em grupos de apoio ajudam a reforçar a rejeição por tal prática.

“Tem uma pessoa que fez o curso com a gente. Conheceram uma criança na casa de acolhimento e apadrinharam esse menino. Quando ele saiu, conheceram a família dele e convenceram a mãe que queriam cuidar dele. A mãe, que nunca se importou mesmo, deixou o menino ir morar com eles. Estão esperando os pais darem ele para adoção, mas o pai não



aceita. A mãe, por ela, já tinha dado. O pai vive pegando dinheiro porque diz que os outros filhos estão morrendo de fome. E eles [casal adotante], com medo do pai pegar o menino de volta, cedem. Tem quase um ano essa situação”.

Por isso elas sempre tentam orientar as mães doadoras de que o melhor é ir até a Vara da Infância e da Juventude. “Elas falaram que queriam dar os filhos, mas pela lei era muito complicado. (...) Elas [gestantes] acham que é simples, mas na verdade não é. Já tentei explicar para elas, mas elas não entendem. Só entendem que temos um lar cheio de amor e que existem muitas crianças sofrendo no mundo. (...) Dói muito e fiquei muito mal por isso, mas o medo de perder nosso filho é muito maior”.

Para Daniela, o melhor mesmo é esperar na fila de adoção, pelo tempo que for preciso. “Somos umbandistas (...) Acreditamos que todo espírito, quando está pronto para reencarnar, ele ‘escolhe’ onde ele vem, filho de quais pais, para junto deles resgatar dívidas de outras vidas”.




“No caso da adoção eu não vou gerar esse filho, mas a espiritualidade cuida de colocar essa criança no meu caminho. Ela vem na barriga de outra pessoa, mas de alguma forma, lá no plano espiritual, vem tudo traçado e ela vai chegar até mim”.

A fé ajuda a controlar a ansiedade. “A matéria pode não ser a que eu geraria, mas o espírito sim, será o mesmo que se fosse eu gerando. (...) Não temos nenhuma dúvida que a criança que chegar até nós será verdadeiramente nosso filho. Não só no papel e fisicamente, mas também espiritualmente. Sabemos que ela está sendo preparada em algum lugar para nós. Enquanto estamos sendo preparadas para recebê-la”.

Daniela e Gracelia estão juntas há quatro anos e meio e pensam em formar sua própria família há três anos. “Dia 25 de maio do ano passado demos entrada no processo. Passamos por todas as etapas um pouco aflitas, eu principalmente porque sou muito ansiosa. No dia 26 de outubro entramos para lista”.

As duas não poderiam ser mais opostas durante essa espera. “A espera para mim é muito massacrante. Tento amenizar a ansiedade lendo sobre o tema, relatos de quem passou e está passando pelo processo, sobre como está sendo a adaptação”. Gracelia, por outro lado, é mais prática. “Ela sempre diz o seguinte: ‘Se penso muito, fico ansiosa; se fico ansiosa, sofro. Se não posso fazer nada para resolver, prefiro nem pensar’”.

“Ela procura não falar para não ficar ansiosa e não sofrer, eu já sinto uma necessidade enorme de falar. Aí tentamos achar meio termo. (...) Ela é mais acessível quando digo para irmos no fórum. Às vezes parte dela ir até lá para saber como está indo. Hoje em dia ela diz coisas



tipo ‘quando nosso filho chegar vai ser assim’ ou ‘essa geladeira está cheia de coisas de criança, não vai comer as coisas do nosso filho’”.

As duas esperam por um bebê de até três anos e um mês, com gênero e etnia indiferentes e saudável. O quadro clínico é uma mudança recente, para poderem adaptar melhor a rotina de um filho com o mestrado que Gracelia está cursando. “Temos uma vida bem agitada e corrida e uma criança saudável já necessita de muita atenção. Imagina uma criança com algum problema de saúde. Não estamos em busca de um filho perfeito, até porque não existe. Mas não podemos dar um passo maior que nossas pernas. E não sabemos se seremos capazes de dar toda a atenção que uma criança com algum problema possa precisar”.

“Conversamos com a psicóloga e ela disse que nossa decisão era bem vista, pois estamos tendo o cuidado de não agir só pela vontade de ser mães, abrindo muito o perfil só para ter uma criança mais rápido. Estamos analisando bem nossas limitações para evitar problemas após a adoção”.

O tempo médio de espera na região do litoral do Piauí, onde as duas moram, é entre dois e três anos, mas a troca de juíza na comarca está acelerando os processos. Antes, “o juiz vivia viajando e ninguém ficava no lugar dele”, o que tornava a espera ainda mais longa e angustiante.

“Você nunca sabe se está longe ou se está perto, se seu filho já nasceu, se está sofrendo, se está sendo gerado”. E isso é apenas a primeira da lista de inseguranças que Daniela sente. Ela tem “medo de não ser capaz de formar um ser humano do bem. Medo dos dias que ele adoecer ou tiver seus próprios medos e angústias e eu não saber o que fazer para sanar. Medo dele sofrer preconceito por ter duas mães e não ter pai. Medo de não conseguir dar a melhor educação. Medo dele não me amar”.

“Já tenho tanto amor por essa criança, que não sei te explicar! Só sei que amo! E sofro por medo dele ou dela já ter nascido e estar sofrendo. Quero ser pelo menos metade do que minha mãe foi para mim. Se eu conseguir isso tenho certeza que terei feito um bom trabalho. (...) Dia 11 de outubro fará 18 anos que ela faleceu”.

Mas a memória fica. A mãe da Daniela costumava brincar que já imaginava como seriam seus netos, “se seriam tão bagunceiros como nós fomos, meu irmão mais velho e eu”. A sua família não questiona a sua opção pela adoção. “Meu irmão espera que tenha a mesma idade do filho dele. (...) Papai é mais contido, finge ser aquela linha dura. Mas é só por fora”

O mesmo já não pode ser dito sobre a Gracelia. “A família da minha esposa quase ninguém sabe. Eles são meio estranhos. Cada um vive sua vida e sem muito contato. (...) Nasci e cresci num lar regado de

muito amor e cuidados. Acho que essa é a diferença entre minha esposa e eu. Com ela foi o oposto. Ela não teve tantos cuidados”.

“Ela era muito fechada quando nos conhecemos. Já mudou muito. Sempre digo que nosso filho vai concluir a transformação na vida dela, que ela vai descobrir o maior e mais verdadeiro amor quando ele ou ela chegar. (...) Ela disse que ainda não conhece tão bem todo esse amor de família que eu tive. Que ainda não sabe dar o que nunca teve”.

Daniela acredita nessa mudança em Gracelia por causa da forma como a esposa trata o sobrinho de quatro anos. “As vezes ela ainda fica meio sem jeito com certas atitudes. Como quando ele olha para ela e diz que ama a tia Gracelia dele e a abraça. Aí ela percebe que estou olhando e ela fica meio sem jeito”.

“Levei ele para buscá-la na universidade e quando ele a viu, saiu correndo para o colo dela. Ela ficou a coisa mais linda, com a carinha dela toda satisfeita. Aí fiquei imaginando quando for nosso filho. Com o sobrinho ela já se derrete, imagina quando for o filho”.

É algo que vai se ajeitando com o tempo. Aos poucos elas vão se preparando para se tornarem mães. Na verdade, elas já estão juntando dinheiro para fazerem o enxoval no dia que o telefone tocar. “Não estamos montando quarto nem comprando nada. Com o nosso perfil, não sabemos como vai ser”. O melhor é esperar, por enquanto. “Vamos dormir sem filho e acordar mães”.

A única coisa que já está pronta e esperando pela chegada do bebê é o nome. “Se for possível mudar o nome”, será Miguel ou Maria. Miguel porque é “lindo”. Maria, porque “sou a Daniela das Marias. (...) Minha avó materna era Maria. Minha avó paterna Maria Elza. Minha mãe Francisca Maria. Minha esposa, Maria Gracelia. Uma senhora que cuidou da família toda, Maria. E minha comadre que foi criada por vovô é Maria do Socorro. Ah! Minha sogra também é Maria, Maria da Graça. Minha Lebara [guia espiritual da Umbanda] é Maria Padilha”.

“Todas as mulheres que mais amo na vida são Maria”.



II

Era uma vez um marceneiro chamado Gepetto. Após uma longa vida, ele desejou ter um filho. Por ser uma pessoa tão boa, a Fada Azul decidiu conceder o seu pedido e deu vida ao seu boneco chamado Pinóquio. Apesar de vivo, ele ainda era de madeira. A fada, então, prometeu que se o rapazinho fosse valente, sincero e generoso, ele se tornaria um menino de verdade.

Esse é o começo para uma longa aventura com raposas, parques de diversão e baleias. Mais do que isso, é a trajetória de amadurecimento de Pinóquio até que ele se torne uma criança “normal”. Durante esse processo, Gepetto e o Grilo Falante acompanham o seu desenvolvimento, fornecendo estrutura, amor e orientação.

O filme da Disney, baseado no conto de Carlo Collodi, normalmente é associado aos ensinamentos sobre mentira e educação. Mas a sutileza na construção do relacionamento entre os personagens principais mostra como os laços de afeto humanizam as pessoas.

Pinóquio sempre foi um menino. Ele traz consigo a inocência dos pequenos, assim como a curiosidade, a confiança, a criatividade e a teimosia existentes durante a infância. Mas apenas quando a sua relação com Gepetto de pai e filho se consolida é que o boneco se torna “de verdade”, uma criança como todas as outras.



Esse vínculo de paternidade e filiação é construído de forma subjetiva, por meio da convivência em momentos felizes e tristes. Sem esse elo familiar, Pinóquio é diferente dos outros e não consegue crescer de forma saudável.

Isso é o que acontece com menores criados longes das famílias. Sem os cuidados necessários, muitas vezes os jovens abrigados encontram obstáculos em desenvolver completamente a sua psique e de se integrar na sociedade com facilidade.

“A família é a primeira referência que a criança tem de socialização”, afirma o psicólogo Marcos Alan Viana. “Ela sempre tem uma necessidade muito grande de ser tratada como indivíduo, de se sentir pertencendo a algum lugar, ter uma referência segura, uma necessidade afetiva muito grande”, explica sobre o desenvolvimento infantil.

A convivência familiar durante essa fase gera referências em torno da segurança, proteção e cuidado. Sem esse suporte, o Dr. Marcos aponta que isso pode causar dificuldade em relacionamentos estáveis na vida adulta e problemas com confiança, tanto sobre a própria personalidade quanto na convivência com outras pessoas.

A Dra. Tatiany sustenta essa mesma visão. “Os primeiros anos de vida, eles são essenciais tanto para formação psíquica quanto afetiva da criança e do adulto. Tudo o que ela passa durante a primeira infância vai ter um impacto positivo ou negativo na vida dela”, declara a psicóloga.

A grande questão de se crescer dentro de um abrigo é que não há individualidade. Por mais que recursos físicos sejam fornecidos, como alimentação, acesso à saúde básica e materiais escolares, a atenção afetiva necessária para a formação da psique não é completamente suprida.

O Dr. Marcos afirma que parte das casas de acolhimento complicam ainda mais a formação de vínculos, por causa da rotatividade dos funcionários. Boa parte dessas instituições, terceirizadas ou mantidas pelo governo, possuem um rodízio da equipe responsável. Então por mais que a pessoa goste e seja afetiva com os menores durante o trabalho, ela eventualmente vai embora, causando pequenas separações.

“Para ter segurança, confiança, um bom desenvolvimento emocional, a gente precisa não de ruptura, a gente precisa de continuidade”, declara a Dra. Maria Luiza. Existem alguns projetos que visam criar estruturas mais sólidas para promover esse amadurecimento saudável.

É o caso das mães ou pais sociais e as famílias acolhedoras. Ambas as iniciativas tentam criar um ambiente familiar para proporcionar o melhor crescimento para os menores e possibilitar a formação de vínculos.





Os pais sociais são profissionais registrados que costumam viver junto com as crianças dentro das casas de acolhimento e exercem a função da maternidade e paternidade sobre os abrigados. Eles realizam atividades cotidianas como levar à escola, comparecer em consultas médicas e campanhas de vacinação ou ajudar na lição de casa. Além disso, eles também assumem a figura afetiva para os jovens, ajudando no desenvolvimento da psique.

Já nas famílias acolhedoras, o objetivo é receber voluntariamente o menor para que ele tenha uma experiência dentro de um ambiente comum. Ele é inserido no núcleo familiar para conviver como um membro, respeitando as regras e a rotina da casa. Mas nesse caso, não se trata de uma adoção, e sim, de uma família recebendo-o por até dois anos para que ele volte aos seus pais de origem ou seja adotado por pretendentes habilitados, caso ele seja destituído do Poder Familiar.

Apesar dos dois projetos serem apoiados por entidades como a UNICEF e proporcionarem um desenvolvimento mais saudável e centrado nas necessidades das crianças, eles demandam mais estrutura. O Dr. Iberê aponta que na cidade de São Paulo, seriam necessárias aproximadamente 2.200 famílias acolhedoras para acomodar todas as crianças abrigadas, mas ao mesmo tempo existem apenas 15 famílias habilitadas para a atividade.

Há ainda um terceiro projeto, um pouco mais conhecido, para que os adolescentes criem laços: o Apadrinhamento Afetivo. A ideia é que adultos que não estejam na fila possam criar um vínculo voluntário com algum jovem de perfil menos procurado pelos pretendentes, ou seja, acolhidos mais velhos ou que tenham alguma deficiência. É possível, em hipótese, que esse padrinho ou essa madrinha leve o afilhado para passear, acompanhe práticas escolares ou passe os feriados juntos.

O interessante dessa proposta é que a lei permite após a formação do relacionamento, que o responsável adote o menor apadrinhado. O ECA afirma que apenas habilitados na fila podem adotar, mas o Dr. Iberê explica que a “exceção é feita para crianças com mais de 3 anos, porque o legislador considerou que se ela tem mais de 3 anos, ela vai ter um vínculo mais forte com a pessoa com a qual ela convive”. Esse trecho da legislação também é bastante utilizado em situações nas quais o menor é criado por vizinhos ou primos de segundo grau, por exemplo.

A Dra. Maria Luiza vê com bons olhos essas ideias de proporcionar experiências familiares diferentes da adoção tradicional. “Será que toda criança tem que estar numa família? Será que a família é o único lugar bom e benéfico? Quantas são as famílias que não são suficientemente boas como um lugar para a criança estar?”, questiona a psicóloga.




“Precisa-se abrir a oportunidade para se pensar outras formas de acolhimento, de proteção ao jovem que não necessariamente a adoção. Essa pode ser muito boa para umas, mas pode ser que não seja para outras”, comenta a especialista. “No momento que a gente abre alternativas, a gente amplia possibilidades de proteção, de experiência”, pontua.

A Dra. Tatiany, por outro lado, não acredita que essas estratégias sejam ideais, mesmo que elas ajudem na construção de uma referência. Ela afirma que deve-se estar aberto a novas configurações familiares, como casais homoafetivos e adoção monoparental, mas que não se pode esquecer que “como nos diz o ECA, toda criança tem direito à convivência familiar e comunitária”.

“Dentro de um abrigo, fica mais difícil que todos esses direitos sejam garantidos, porque não é só ela que está ali, são várias crianças, então fica mais difícil o direito da individualidade”, afirma a psicóloga. Ela exemplifica que um bebê com microcefalia não receberia todos os estímulos necessários para o seu desenvolvimento, porque a equipe técnica do local também teria que se concentrar nos demais abrigados, então “essa criança é privada desse direito [ao tratamento completo e adequado]”.

“O ideal para uma criança é estar em uma família!”, defende a Dra. Tatiany. “A questão é essa dinâmica, é o espaço, tipo um combo. Um ambiente saudável, uma estrutura física, a convivência na escola, com a saúde, lazer, afeto”, lista a especialista sobre os benefícios desse universo familiar.



“Adotar é dar a oportunidade de ter uma história de vida modificada pelo amor e dedicação de uma pessoa simples, mas com um coração enorme”. Quando seu filho mais velho, Luiz Gustavo, tinha cinco anos, ele começou a pedir por um irmãozinho. Foi a chance para retribuir o que sua avó tinha feito por ela. “Ela me deu a chance de ter uma história diferente”. Cinco anos depois, o telefone tocou. “Não dormi, fiquei agitada num misto de alegria e ansiedade. Já queria ir para a Vara para conhecer nosso segundo filho”. “Ele foi deixado na maternidade. A genitora declarou hipossuficiência. Já tinha um de 11 meses quando ele nasceu”. A genitora que escolheu o nome: Pedro Henrique. “Pensávamos em Lucas, mas também achamos bonito e mantivemos”.

Rosiane Moulin, 44 anos, mãe de Luiz Gustavo e Pedro Henrique.





Um ponto em comum

O amadurecimento do ser humano é um processo complexo. A UNICEF defende que 90% das conexões cerebrais são estabelecidas na primeira infância, ou seja, até os 6 anos de vida. Relações socioemocionais, assim como boa alimentação e higiene, são fundamentais para o desenvolvimento da atividade cerebral e, posteriormente, do adulto. Assim, ser negligenciado nessa fase prejudica as ligações entre os neurônios e afeta o potencial da psique.

“A primeira infância é a parte mais delicada, ou seja, existe a questão da dependência total. A criança quando nasce, depende totalmente dos adultos, se não ela não sobrevive”, afirma a Dra. Tatiany. Ao comparar com outros animais, o bebê humano é o que mais depende da escala biológica. A psicóloga explica que ele “precisa de alguém que zele por ele, que cuide dele, que promova um ambiente saudável, tanto físico quanto psíquico”, até para que as suas necessidades de alimentação, higiene e aprendizado motor sejam atendidas.

Essa posição cria no ser humano o registro do desamparo. A falta desse auxílio gera medo, o que de forma inconsciente associa o estar sozinho com a morte. “Esse fato marca desde que nascemos. Todos estamos, quando tratamos dessas questões, sujeitos a esse impacto”, declara a Dra. Maria Luiza.



A sensação de desproteção é presente em todos, independentemente da estrutura familiar que acompanha a infância. Ela estimula o convívio social e reforça a construção de laços. Por isso existe o instinto de acolher as crianças e condenar aqueles que as abandonam.

Essa fase de medo e solidão influencia a vida adulta e algumas questões sociais. Como no caso da adoção, em que a pessoa que se propõe a cuidar de um menor estranho ao seu grupo é vista de maneira santificada. A sua ação, muitas vezes, é interpretada como um gesto de caridade ou o altruísmo de um cidadão bondoso.

“O que está em jogo o tempo inteiro é o próprio desamparo de cada um de nós, que se comove a partir desse sentimento interno primário, que é constituinte nosso”, explica a Dra. Maria Luiza.

De uma forma geral, todos se compadecem da situação das crianças e adolescentes que estão na fila aguardando por uma nova família. Identificar o desamparo deles obriga os adultos a encararem os seus próprios temores de solidão e falecimento. Isso desestrutura e sensibiliza. “Por isso, aquele que adota e ‘salva a criança do abandono, da morte’, ele fica idolatrado”, explica a Dr. Maria Luiza.

A psicóloga também reforça como esse medo inconsciente pode atrapalhar os aspectos técnicos do processo de adoção. “É preciso tomar muito cuidado naquelas funções de comando, por exemplo um juiz. Se ele ficar muito tomado pelo próprio desamparo, ele atropela e pode tomar decisões precipitadas para resolver a questão da criança, sem considerar os tempos necessários tanto para a criança quanto para o adulto se verem melhores preparados”, afirma. Isso porque a sua insegurança sobre ficar sozinho pode fazer com que ele insira o menor em um núcleo familiar sem que ele esteja pronto para criar novos laços, o que prejudicaria a sua adaptação.



Proteção e independência

Por volta dos quatro ou cinco anos, quando as conexões cerebrais já estão mais desenvolvidas, as crianças passam pelo chamado “Complexo de Édipo”. O conceito criado pelo psicanalista Sigmund Freud trata sobre o despertar de sentimentos passionais, como o amor e o ódio, normalmente voltados para os pais.

Antes de passar por essa experiência, a Dra. Tatiany explica que os meninos e as meninas possuem “um senso de onipotência, que tudo gira em torno deles”. Eles costumam ser o centro das atenções, por causa dos cuidados necessários para o seu desenvolvimento. Ela pode tudo nessa fase, mas também é culpada por tudo o que acontece. Por isso eles se sentem responsáveis pelas formas com que os adultos os tratam.

Esse processo é inconsciente e mostra uma visão muito particular dos pequenos. Assim, o Complexo de Édipo que acontece em seguida funciona como uma ponte entre esse universo próprio e a cultura da sociedade, na qual o conceito de onipotência perde espaço.

É preciso destacar antes que apesar dessa teoria falar sobre figuras materna e paterna, não necessariamente isso está atrelado ao conceito de gênero ou família tradicional. O importante é destacar como a criança trabalha a sua relação com essas duas referências, sejam elas um casal heteroafetivo, homoafetivo ou uma família monoparental.



De acordo com a Dra. Tatiany, durante o Complexo de Édipo a criança “ao mesmo tempo que se identifica com uma das partes [figuras materna e paterna], ela rejeita a outra. Exatamente porque inconscientemente, ela tenta ocupar o lugar daquele outro”. Por isso a criança experimenta um laço muito afetivo com um e ignora o outro.

“É um contato inicial de amor, de ligação muito profunda que você tem com a primeira relação de amor da nossa vida que seria com a mãe, porque ela que realmente acolhe, socialmente falando”, explica Dr. Marcos Alan Viana. Ele destaca que normalmente a mãe é quem forma esse vínculo porque culturalmente é o papel da mulher criar os filhos, mas nada impede que o pai se apresente para tal posição.

O Dr. Marcos afirma que “essa figura inicial é aquela coisa que dá essa sensação de pertencimento”. A referência materna traz os conceitos de carinho, cuidado e atenção que são fundamentais para o desenvolvimento de ligações afetivas sólidas.

Nesse momento há ação do pai, que é quem empurra a criança para ter uma vida autônoma e independente. “Uma figura paterna, que não precisa ser um homem, mas uma coisa que corta [esse vínculo materno], que leva o filho para viver a vida fora da relação com a mãe”, detalha o Dr. Marcos. A Dra. Tatiany complementa afirmando que o pai funcionaria como as leis da sociedade, que faria o menor expandir o seu círculo de convivência, indo à escola por exemplo, e respeitar as regras de cada ambiente.

Dessa forma, os meninos e meninas seriam obrigados pela figura paterna a sair do espaço seguro proporcionado pela figura materna, onde eles são o foco constante de atenções e zelos, e ir para o mundo, onde eles precisam se adaptar ao grupo.

Esse é um processo natural que toda criança passa dentro de uma família saudável, na perspectiva freudiana. A questão é que dentro de abrigos, o Complexo de Édipo se torna um pouco mais delicado, já que um cuidado personalizado para cada abrigado muitas vezes não é possível, seja porque há uma rotatividade grande da equipe responsável ou não funcionários suficientes para atender a todos.

A Dra. Tatiany aponta que aqueles que chegam um pouco maiores às casas de acolhimento costumam trazer alguma referência das suas famílias biológicas, mas nada impede que alguns funcionários ocupem essas figuras. “Se por um acaso a criança ficou muito tempo no abrigo, provavelmente, a referência dela vai ser alguém do abrigo, um algum cuidador. Ela acaba se identificando com algum papel do cuidado e algum papel da lei”, comenta.

O Dr. Marcos, por outro lado, é um pouco mais cauteloso em afirmar que o Complexo de Édipo se desenvolve com facilidade dentro






dos abrigos. “A criança não tem o começo dessa relação de proteção. Ela tem que se virar muito”, alega o psicólogo ao defender que os menores perdem a referência materna e têm que lidar muito cedo com as responsabilidades trazidas pela figura paterna, no caso a autoridade dentro das casas.







Eles queriam ter dois filhos. Um de cada tipo. Depois de cinco anos de casamento, eles decidiram partir para a prática. Um veio da barriga. O outro foi encontrado em um abrigo em Curitiba, no Paraná, quando tinha seis anos. “Lucas, eu queria adotar você. Eu e a minha esposa. A gente quer adotar você. Você gostaria de ser adotado por nós?” “Eu quero! Posso te chamar de pai?”

Dr. Marcos Alan Viana, pai do Lucas de 17 anos.





Sem prazo de validade

O desenvolvimento infantil é um processo complicado e exige atenção especial, já que os seus resultados terão um impacto na vida adulta. A ideia de crescer dentro de um abrigo ou em uma família desestruturada, onde não há individualidade ou um acompanhamento personalizado, pode fazer com que pretendentes tenham receio em adotar adolescentes.

A Dra. Tatiany ressalta que as organizações fornecem o necessário no quesito recursos físicos, como alimentação e saúde básica. “Mas e o psiquismo? Quanto mais uma criança fica numa instituição de acolhimento, mais danos pode haver. Não que esses danos não sejam reversíveis, mas existe o dano”, aponta a doutora.

Além disso, esses jovens podem ter um trauma ainda maior sobre a Destituição do Poder Familiar, porque eles já são maduros o suficiente para perceber a ruptura. “A criança que vai mais velha [para a casa de acolhimento], com todas as memórias da sua família, quase sempre ela vai forçada. Mesmo que a família seja meio negligente, use drogas, ou até bata, é a referência que ela tem”, comenta o Dr. Marcos.

O jovem possui um senso de pertencimento ao seu núcleo familiar biológico, já está inserido na sua cultura e possui um relacionamento com seus pais. “Normalmente, a criança mais velha vai querer voltar para



a família, quase sempre, no começo pelo menos. Até ela se convencer, ou alguém convencer ela, que a família dela não está sendo legal, que abusa. Para só então ela começar a sonhar com a família adotiva”, acrescenta o psicólogo.

O doutor comenta que é normal o adolescente se sentir um pouco revoltado, por não aceitar a ruptura com os genitores. “Não foi ele que pediu no momento. Foi necessário, mas ele não entende”, se solidariza. O psicólogo afirma que essa confusão de sentimentos pode causar reações violentas. “A agressividade é uma revolta que a criança tem com a própria história”, defende o Dr. Marcos sobre a rebeldia de alguns jovens abrigados.

Por isso, essa questão precisa ser trabalhada com o menor para que ele compreenda que “não é culpa dele, que alguns pais não têm condição psíquica, emocional de cuidar dos seus próprios filhos”, destaca a Dra. Tatiany. Só assim, há espaço para que ele volte a acreditar que uma nova família é capaz de amá-lo e cuidá-lo de uma maneira mais saudável que o seu grupo de origem.

Apesar dos habilitados na fila serem menos abertos a receber crianças mais velhas, esse é um cenário em constante mudança. O Juiz Iberê explica que hoje “a quantidade de pretendentes cai muito quando a criança tem mais de sete anos”, o que causa o efeito conhecido como “barreira etária”.

“É um recorte momentâneo e sociológico”, afirma o jurista sobre esse movimento. Observando os dados do CNA, é possível observar que há muito mais pretendentes interessados na primeira infância do que menores disponíveis para serem adotados, mas essa relação começa a se inverter após essa fase. “Com 13 anos, já começa a ter mais criança apta para ser adotada do que pretendente no Brasil e aí a curva despenca”, relata o Dr. Iberê.

Por causa de cenário, a adoção a partir dos oito anos é popularmente conhecida como “adoção tardia”. O Juiz Iberê, porém, faz um adendo que esse termo é um “chavão” e não uma definição formal, e também comenta que particularmente é contra o seu uso. “Eu não gosto desse nome porque ‘adoção tardia’ dá a impressão de que foi algo feito fora do prazo, tarde demais, e a ideia não é essa. Nunca é tarde para adotar. Então a adoção não é tardia, ela é apenas de uma criança que tenha mais de sete, oito anos”, defende a sua visão.

“Talvez, daqui a cinco anos, tenhamos que mudar esse parâmetro e possamos dizer ‘a partir de agora a gente considera 10 anos como ‘adoção tardia’”, torce o Juiz ao comentar como a barreira etária muda ao longo do tempo.





Isso porque, além da mudança de pensamento dos pretendentes, há um incentivo cada vez mais à adoção de crianças maiores, principalmente por meio de projetos como, por exemplo, “Adote um Boa Noite” (SP), “Esperando por você” (ES) e “Adote um campeão” (MG). Esses programas, acompanhados por especialistas das Varas da Infância e do Adolescente, tentam mostrar características pessoais dos menores mais velhos para que os adultos se identifiquem e pensem sobre essa possibilidade.

A Dra. Tatiany diz que os jovens que participam desses trabalhos “não são crianças que estão com dificuldade para se vincular. São crianças em que já foi feito o trabalho de elaboração, já passaram muitas vezes por um acompanhamento psicológico, e já estão abertas a esta família”. São adolescentes que optam por se apresentarem porque desejam construir laços afetivos e esperam que dessa forma, alguém escolha conhecê-los.

“Eu tenho sérias críticas ao modo como essas crianças estão sendo expostas!”, argumenta a Dra. Maria Luiza. “Elas se colocam no lugar que tende a sensibilizar o adotante para a condição dela, e esse adotante, também sensibilizado [pela espera na fila], não percebe o quanto está abrindo mão daquele seu perfil ou aquela criança desejada inicialmente por ele”, afirma a psicóloga.

É possível que o habilitado altere o perfil apontado durante o seu cadastramento na fila de adoção, para que ele possa iniciar o processo de aproximação com o adolescente identificado nesses projetos de adoção tardia. “Essa mudança precisa ser cuidadosamente acompanhada, e nesses casos, eu vejo que não tem sido suficientemente acompanhadas”, alega a Dra. Maria Luiza.

Nesse ponto, a Dra. Tatiany concorda com a colega profissional. “Toda essa mudança de perfil tem que estar elaborada e tem que saber qual a diferença. ‘Era até quatro anos o meu perfil, e agora é até dez’. Tá. Qual a diferença entre adotar uma criança de quatro e uma de dez anos? Você tem noção disso?”, alega a psicóloga, indicando quais perguntas os pretendentes devem fazer a si mesmo antes de tomarem essa decisão.

A Dra. Tatiany destaca que esses adolescentes já possuem personalidade, manias e questões que precisam ser trabalhados junto com as famílias adotantes. “Não é qualquer pessoa que dá conta!” exclama a especialista. “[Não é qualquer um] que estaria aberta a se vincular a uma criança que já tem um passado, que tem traumas, que tem vícios de comportamento. Então é preciso estar aberto a essa pessoa que vai ser seu filho e já tem uma grande bagagem de vida”.

A psicóloga explica que isso não quer dizer que o menor não possa formar novos vínculos. “É formado um novo capítulo, mas de



uma história que existe. Ela [a criança mais velha] já tem uma história e é preciso respeitar essa história”, destaca a Dra. Tatiany.





Confiança exige tempo

“Adotar” vem do verbo em latim *adoptare*. Significa “legitimar, tomar por filho, aceitar, acolher”*. Por definição, o ato de adotar alguém está implícito a escolha em abrir os braços para uma criança e criá-la, independente da sua origem ou problemas. “Você acredita que é o amor que constrói o laço, porque acho que a maior crença da adoção, o maior valor da adoção, é essa”, declara o Dr. Marcos, que também é pai adotivo de um rapaz.

Até mesmo o sistema jurídico está reconhecendo a soberania das ligações subjetivas dentro de família. “Cada vez mais o direito tem desvinculado a questão da paternidade à biologia, e tem atrelado a paternidade à afetividade”, alega o Dr. Iberê. “Chama ‘desbiologização das relações familiares’”, explica.

Criar essa conexão é um processo que exige uma disponibilidade emocional de ambas as partes, porque não é um caminho fácil, especialmente para os jovens. “O ser humano não é totalmente

* Definição retirada do site <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil.aspx>> do Senado Federal.



previsível. Ele pode reagir de várias formas à mesma situação”, destaca o Dr. Marcos. Ele afirma que como muitos dos abrigados “não tiveram relacionamentos estáveis”, essa se torna uma dificuldade, tanto durante o seu amadurecimento quanto na fase adulta.

O psicólogo defende que quando uma criança pequena passa a morar no abrigo, ela “não vai ter necessariamente o registro do abandono”. “Nós, seres humanos, somos muito simbólicos. O que os olhos não veem, o coração não sente. Se você não tiver o registro, você não invoca aquilo, não vira trauma”, segundo a interpretação do Dr. Marcos.

A Dra. Tatiany é um pouco mais delicada ao abordar a questão. “O que a gente sabe é que quanto mais jovem, a família biológica talvez não tenha tanto abalo na vida da criança. O impacto vai depender de cada psiquismo, de cada experiência, porque a criança de dez anos pode ter sofrido muitos maus tratos, mas assim como a de dois anos”, explica a doutora.

Ela comenta que os menores tendem a ter marcas inconscientes do abandono, até por conta da questão da onipotência existente durante a primeira infância. Já os mais velhos costumam ter vivências claras sobre a família biológica, o que demanda uma maior adaptação ao ser inserida no núcleo adotivo.

O Dr. Marcos diz que aqueles que crescem dentro das casas acolhedoras e não possuem referências reais sobre pais acabam desenvolvendo “uma fantasia muito irreal, muito imperfeita”. Essa ilusão é construída com base em relatos de outros menores, tanto no abrigo quanto no círculo social.

Assim, ao ser integrada a uma nova família, a criança precisa encarar as diferenças entre seus sonhos sobre como são os pais e a realidade dentro do novo lar. Isso envolve as questões ligadas às regras da casa, aos costumes e a afetividade dos adotantes. “Esse vínculo [com os adultos] é um processo, qualquer vínculo é. Mas esse amor vai nascendo aos poucos, com a convivência, com o dia-a-dia”, pontua a Dra. Tatiany.

Por isso o início do relacionamento entre pais e filhos adotivos pode ser complicado. “No começo da adaptação, quando eles [menores] chegam, muitas vezes eles rejeitam com o intuito deles abandonarem e não serem abandonados”, segundo a Dra. Tatiany.

Ela explica que as crianças possuem muita dificuldade de confiar nesse momento, de que “você não vai fazer igual àquele que deveria, no primeiro momento, ter me acolhido e me amado incondicionalmente”, exemplifica. É como se elas, principalmente as mais velhas, tivessem medo que os pais adotivos as rejeitem da mesma maneira que os biológicos.





A Dra. Tatiany argumenta que é preciso elaborar essa questão junto do menor, para que ele entenda que “aqueles pais não são iguais aos outros pais que o abandonaram e que aqueles pais vão desenvolver a função do amor incondicional”. Até que isso seja compreendido, é comum que os adotados testem a força dos novos pais, em questão de regras, autoridade e disciplina.

A transição entre sair de um abrigo e passar a conviver em uma casa familiar também exige uma adaptação, que também está relacionado ao senso da singularidade de cada criança. “No abrigo, nada é dela. Não existe individualidade. E quando ela chega na casa que falam que é dela, o quarto é só dela, então ela quer tudo para ela”, afirma a Dra. Tatiany.

Ela comenta que já atendeu casos em que os pais adotivos devolveram o menor ao abrigo porque ele comia demais, não dividia nada ou cometia pequenos furtos. “Não é com todos, mas acontece muitas vezes. É como se fosse uma forma de elaboração de ‘tiraram tanta coisa de mim, e agora eu tiro para poder compensar’”, explica a psicóloga.

De certa forma, o jovem estaria tentando reparar as rupturas que teve durante a sua fase de acolhimento. Como dentro dos abrigos, tudo é compartilhado e ele não teve os próprios brinquedos, por exemplo, quando ele é inserido na nova família, a qual lhe proporciona os seus materiais pessoais, ele deseja impedir que isso seja tomado.

No fundo, é uma questão que precisa ser acompanhada com terapias, para que um profissional consiga identificar esses temores e trabalhá-los. O Dr. Marcos destaca que, mesmo com um passado delicado, é preciso tratar essas crianças como “um sujeito digno, capaz”, porque “existe um pouquinho um sentimento de pena” por parte dos adultos.

Antes da aproximação entre as duas partes, os adotantes podem conferir os prontuários dos menores e conhecerem um pouco da história que os levaram a ser retirados de suas famílias. O Dr. Marcos comenta que muitas delas são bem complicadas e podem sensibilizar os novos pais a “não colocar nenhuma regra”, como uma forma de evitar maiores sofrimentos.

Ele destaca que isso é errado. A pena apenas prejudicará o desenvolvimento da criança e reforçaria algumas atitudes impróprias, com os pequenos delitos e a falta de disciplina. “Elas são capazes [de se adaptarem ao funcionamento da nova casa]. Só que você tem que ter calma, também”, destaca o Dr. Marcos.



“Eu sou o outro lado da moeda”

Eu engravidei em dezembro do ano passado, mas nunca “caiu a ficha”. Era apenas um caso passageiro com um cara. A gente não tinha nada sério, foram só algumas saídas e engravidei. Na verdade, estava em dúvida entre dois caras que eu saía.

Tentei comunicar a gravidez para o genitor, mas ele não quis saber. Quando tentei contato fui bloqueada. Os dois foram grotescos comigo, e ambos parecem que atualmente estão em relacionamento sérios.


Até hoje essa dúvida me corrói e vai ser assim para o resto da vida, porque agora já não está mais comigo. O entreguei para adoção.

Foi tenso. Horrível aceitar porque já tinha um pequeno. Aliás tenho, ele faz dois anos mês que vem.

No primeiro instante, tentei abortar de todas maneiras. Sei que é errado me arrependo disso, mas na hora do desespero, não me via em outra saída.

A família não apoiava, até porque só souberam do meu filho quando ele nasceu. Passei a gravidez toda escondida. Não deixava eles me verem e nem saía para a rua. Foi assim por 9 meses.

Então a minha primeira saída era o aborto, mas como não tive êxito, graças a Deus, a outra alternativa foi essa de ter o bebê e entregar



para adoção. Pensei que seria tudo muito tranquilo, já estava certa na minha decisão, mas quando ele nasceu, o amor veio misturado com o medo, insegurança, dúvidas.

Ele nasceu no dia 26 de setembro de 2018. Com 3,845 kg e 50 cm. Quando eu o vi, foi um misto de sentimentos, mas acima de tudo amor e a minha vontade era de pegar aquele neném e ficar com ele. Jamais naquele instante pensei em entregá-lo.

O amor cresceu quando eu o amamentei, senti seu cheirinho, vi seus olhinhos e rostinho. Mas infelizmente a vida não é um mar de rosas, e somente meu amor não bastava. Eu, sem estudos, sem emprego, como eu ia fazer pra sustentar duas crianças sozinha?. Eu pensei até pegar meus dois filhos e sair com eles pra rua pedir esmola, sei lá.

Enfim, apoio da família eu já não tinha, apoio do suposto genitor também não teria. Me vendo sem saída, com muito amor por aquele bebê, meu coração estava e ainda fica muito apertado.

Mas não acho que seria justo privar o bebê de ter uma vida digna, boa, crescer num lar estruturado, por puro egoísmo meu. Só pra eu falar que “fiquei com meu filho”, mas permitir que o mesmo passasse dificuldades e apertos ao meu lado.

Naquele momento o que eu podia oferecer a ele era tudo que eu não ofereci para o outro de dois anos, justamente por falta de dinheiro. Queria que esse segundo filho tivesse uma vida estável, família unida, tudo do bom e do melhor.

Adoção foi o meio que achei.

Eu levei ele pra casa, ele ficou comigo uns dias antes que eu tomasse a real decisão. Olhava para ele e queria ter forças para desistir da adoção e lutar por ele e pelo outro.

Mas fui totalmente influenciada pela minha mãe para entregar. Ela disse que seria melhor assim, que se eu insistisse eu poderia passar até fome com duas crianças e ela iria embora de casa.

A situação ia ficar feia pra mim, no fundo sei que realmente seria muito difícil, então eu chamei a assistente, assinei o termo e entreguei ele. Mesmo com meu peito ardendo em amor por ele, querendo ficar com ele de todo jeito, mas não tive opções.

Ele já está com a família adotiva. O casal estava na fila há seis anos.

Me dói. Me destrói. Todo dia é uma luta interna comigo mesma. Eu tento superar, mas a dor é grande.

Arrependimento? Sim, me arrependi. Mas fiz o que eu pude por ele naquele momento, o que seria mais seguro e melhor pra ele.

Meu coração tá assim, doendo, triste, mas ao mesmo tempo tentando superar. Em meio a muitas que judiam, abandonam, eu fiz uma coisa certa, sensata.



Não tem sido fácil. Peço a Deus um conforto, um alívio. Mas não tá adiantando. É muita dor.

Talvez isso passe algum dia. Quem sabe...

Tatiana Félix, mãe doadora.
(Depoimento na íntegra)







III

Adotar não é adjetivo. A palavra não expressa qualidade, característica ou estado do substantivo. Ao contrário, adotar é verbo. Do tipo transitivo direto. Indica uma ação. Sozinha em uma frase, ela não possui sentido. É preciso um complemento, introduzido sem preposição.

Exemplo: “Os pais adotaram o filho”.

“Os pais” é sujeito, responsável pela ação. Já “o filho” é objeto direto, indicando sobre quem recai a ação verbal.

O sistema de adoção no Brasil é construído para que os menores sejam os principais beneficiados pelo processo. “A lei é feita sob a ótica da criança e do adolescente”, comenta o Dr. Iberê. “É um arcabouço de proteção deles e não dos pais. Por isso que a vara se chama Vara da Infância e do Adolescente, e não dos Pais e da Família Extensa”, ironiza o jurista ao destacar a falta de compreensão de alguns adultos sobre o modelo.

“O que importa é sempre o superior interesse da criança”, afirma o Juiz. Por isso o procedimento para se tornar um pretendente apto para a adoção é tão elaborado, com avaliação psicossocial, visita ao domicílio e presença obrigatória em grupo de apoio e palestras educativas. Porque a Justiça tenta se assegurar ao máximo de que os adotantes não causarão



mais danos emocionais ao menor, após o rompimento dos laços com os genitores.

O Dr. Iberê destaca que “no mundo ideal, não há criança apta para ser adotada”. “Quanto menos crianças aptas existe, maior é o sinal de que a sociedade está se estruturando adequadamente, porque as famílias estão mantendo suas crianças na origem”, explica. Para ele, a demora na fila mostra como o país está evoluindo nessa questão e que o trabalho da Rede de Proteção está se fortalecendo.

Mas para os pretendentes, esse progresso social exige que eles tenham mais paciência e compreensão. “A gente não é pastelaria de criança! A pessoa não chega e fala ‘me vê dois moleques brancos, um moleque negro e um pardo’ e coloca no forno e sai na hora. Não é assim que funciona”, exclama o jurista, sempre destacando que as necessidades dos menores são prioritárias em relação aos desejos dos habilitados para adoção.

Apesar disso, há um esforço do Poder Público em melhorar a legislação em torno do assunto e garantir aos pais adotantes agilidade e os mesmos direitos que os biológicos. Em 22 de novembro 2017, o Governo Federal sancionou a Lei 13.509, que altera alguns itens do ECA e garante aos adotantes os mesmos benefícios trabalhistas que os pais sanguíneos possuem, como licença-maternidade, estabilidade provisória após a adoção e direito de amamentação.

Agora, a legislação também permite que quem deseja adotar grupos de irmãos, adolescentes e menores com deficiência tenham preferência na fila de espera. Além disso, o período máximo para a Justiça reavaliar a situação dos abrigados, sobre voltar ou não para o núcleo original, reduziu de seis para três meses. O objetivo é agilizar a destituição do Poder Familiar e o processo da adoção, para evitar que as crianças cresçam nos abrigos.

Porém, ainda existe a constante preocupação por parte da equipe técnica da Vara da Infância e da Adolescência em garantir que os jovens sejam encaminhados a lares adotivos estruturados e que forneçam uma boa base para a sua formação psíquica.

“Criança não é reboco de buraco sentimental”, comenta o Juiz Iberê, mas assume que isso acontece as vezes. Apesar desses casos em que os pretendentes não possuem bons motivos para estarem na fila, o objetivo da adoção é satisfazer as necessidades dos destituídos e não a dos adultos.





Por que ter um filho?

“Todo filho, biológico ou adotado, vem do Projeto Narcísico”, explica a Dra. Maria Luiza. A psicóloga comenta que, de forma inconsciente, todos possuem um “projeto de continuidade. Então aceitar que eu vou morrer e não vou deixar nada, para um ser humano é muito difícil”. Assim, os filhos são encarados como uma maneira de continuar existindo, mesmo após o falecimento dos pais.

A finitude da vida é algo muito difícil para o ser humano aceitar, de acordo com a especialista. Desse jeito, ele desenvolve maneiras de “transcendência à própria morte”, realizando feitos ou criando alguém que seja uma memória à sua passagem na Terra. Construir edifícios, dar o seu nome a ruas ou descobertas científicas, ou se lançar em uma aventura pelos oceanos para descobrir um novo continente são exemplos materiais de como permanecer conhecido após a morte.

Já os filhos são uma forma mais subjetiva de superar o fim. Isso, porque além dos traços físicos semelhantes deixados pela genética, eles tendem a perpetuar valores morais, tradições e ensinamentos que os adultos carregam ao longo da vida. Como o narcisismo é centrado na sua própria pessoa, a Dra. Maria Luiza esclarece que a ideia de ter uma descendência como uma perpetuação da sua essência, faz com que toda criança seja um projeto narcísico.



A psicóloga explica que isso é construído durante o amadurecimento, “a partir da conquista da autonomia, e não da dependência”. O fortalecimento da independência faz com que aquele que até então era filho, comece a desejar ter o seu próprio projeto de continuidade, ou seja, queira ter os próprios herdeiros. “Um filho é parte desse projeto [narcísico], e ao mesmo tempo, isso implica que ele também possa ser autor e protagonista do próprio projeto”, comenta a doutora.


É como se o neto, que já é fruto do desejo de transcendência do filho, também fosse resultado do projeto narcísico do pai, que por sua vez é consequência dos planos do avô. E por assim se repete essa transmissão de expectativas durante toda uma linhagem.

Além disso, é preciso destacar que os descendentes são grandes apostas para os pais, já que “um investimento afetivo é imprescindível para que qualquer criança possa se desenvolver”, afirma a Dra. Maria Luiza. Os pais se dedicam muito em criar seu filho de forma a representar a sua ideia de transcendência. Mas ao mesmo tempo, não há garantias de que a criação tenha o resultado esperado e os herdeiros podem não se tornarem semelhantes aos adultos. Por isso, eles devem ter certo controle sobre os próprios narcisismos para não prejudicarem o crescimento saudável e independente dos dependentes.

“O excesso de narcisismo pode ser, por exemplo, essa aposta de que esse filho tem que ser advogado que nem eu, tem que ser psicanalista como eu. Tem que ser como eu. Tem que ser da maneira dos meus valores, tem que fazer escolhas parecidas. Isso é um excesso de narcisismo que impede que o outro possa ser ele mesmo”, exemplifica a Dra. Maria Luiza.

Por mais que haja uma dedicação em passar as tradições e princípios dos pais para os filhos, é preciso destacar que as crianças crescem para se tornarem pessoas únicas. A psicóloga reforça que não aceitar a expressão genuína do menor cria muita dificuldade na manutenção da relação entre as partes. E isso, independentemente, do filho ser biológico ou adotado.





“Ela ‘adotou’ uma tartaruga. Disse que a tartaruga precisava de uma família, assim como ela”. A pequena Mariana chegou na vida de Darby Sorrilha e seu marido em 22 de maio de 2014, com cinco meses de vida. “Mariana sobreviveu a duas tentativas de aborto e bolsa rota por quatro dias. Já não tinha mais líquido amniótico quando encontraram a biológica drogada”. Mariana passou três meses na UTI Neonatal depois que nasceu. “A biológica era prostituta, usuária de crack e levava o bebê para a boca de fumo. Uma realidade tão triste que não pretendo contar para a minha filha”. Quando Mariana chegou, ela mal se movia. Mas “em dois dias, já gargalhava e daí por diante, nossas vidas são só alegrias”.

“Somos canhotas, temos asma, mesmo problema na mandíbula, mesmo problema de vista, dormimos com a perna esquerda sobre a perna direita. Gostamos das mesmas comidas e, por incrível que pareça, todos dizem que franzimos a testa do mesmo jeito e temos o mesmo olhar”.

Darby Sorrilla, 39 anos, mãe da Mariana.





Sangue do meu sangue

Grande parte das pesquisas realizadas com pretendentes aponta que a maioria das pessoas opta pela adoção porque não pode ter filhos biológicos. Um dos trabalhos da psicóloga Leila Dutra de Paiva* mostra que 76,2% dos habilitados possuem problemas ligados à infertilidade, dificuldade momentânea, menopausa, ausência de companheiro ou temores da gravidez. A psicóloga Fernanda Moraes Andrade Gimenes** também indicou na sua pesquisa sobre o tema um dado semelhante de 2009: 80% dos adotantes são casais, dentre os quais 79,2% são inférteis.

Os dois estudos tratam de recortes em Varas da Infância, o primeiro da cidade de Osasco, em São Paulo, e o segundo de Natal, no Rio Grande do Norte. Mas eles ilustram bem o que já é conhecido pelas

* PAIVA, Leila Dutra. Adoção: Significados e Possibilidades. Casa do Psicólogo, 2004.

** GIMENES, Fernanda Moraes Andrade. Entre o Desejo Manifesto de Criança e a Viabilidade da Adoção: Um estudo psicanalítico sobre motivações inconscientes que obstam o processo adotivo. 2016. 349 p. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica)-Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, PUC-SP.



equipes técnicas do sistema. “Não é obrigatório, mas é o que acontece na maioria das vezes. A pessoa vem adotar porque não conseguiu ter filhos biológicos, porque as vezes ela tentou inseminação artificial, algum tratamento, e não conseguiu engravidar”, afirma o Dr. Iberê com base na sua experiência profissional.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica como inférteis casais que mantêm relações sexuais sem contraceptivos e não concebem após um período de 12 a 18 meses. A entidade estima que no mundo, cerca de 25% dos casais sejam afetados por essa condição. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que entre 15% e 20% dos casais possuem dificuldade em ter filhos.

É comum que boa parte desses cônjuges recorra a tratamentos médicos para conceber, especialmente a fertilização *in vitro*. Esse recurso também é escolhido por casais homoafetivos e mães solas. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) indica que entre 2011 e 2017, o número de procedimentos desse tipo cresceu 168,4%, sendo que só no ano passado foram efetuadas 36.307 de fertilizações.

Mas essa é uma técnica cara. No país, o custo é de até R\$ 15.000,00, fora o valor aproximado de R\$ 5.000,00 da medicação para aumentar a ovulação da gestante. Além disso, o procedimento não tem 100% de garantia de sucesso e não é possível dizer ao certo quanto dessas fertilizações resultam de fato em nascimento, segundo a Anvisa.

“Uma boa parte dos pais [adotivos] são pessoas que estão até meio feridas, porque tentaram muito ter um filho biológico, gastaram horrores de dinheiro em reprodução assistida, mas não deu certo. Daí a última opção foi a adoção”, afirma o Dr. Marcos. Ele destaca que essa questão é muito importante para desmistificar o preconceito em torno das famílias adotivas. “Alguns ficam com isso de um filho de segunda categoria, que ‘não é meu mesmo’”, ele comenta.

A Dra. Maria Luiza explica que essa sensação de “filiação de segundo tipo” pode ser interpretada como uma consequência da frustração com base em fantasias da psiques, sentimentos e expectativas sobre a maternidade. “Vamos pensar que ao gerar um filho dentro desse projeto de transcendência, a primeira opção é gerar alguém semelhante a mim, ou o mais parecido possível comigo, do meu sangue, da minha barriga e poder ter essa experiência. Então, quando isso é cortado em termos de possibilidade, há uma perda narcísica”, relaciona a especialista a preferência em ter um herdeiro biológico com a questão do desejo de transcender a morte.

A infertilidade causa uma ruptura no projeto narcísico original, o que resulta num processo psicológico extremamente complexo e semelhante ao luto. “Porque é uma perda ideal. Não morreu ninguém,





mas morreu para mim, talvez, uma possibilidade de fazer essa experiência [de paternidade] ser da maneira que eu pensava, que eu desejava”, diz a psicóloga.


Ela alega que esse luto precisa ser trabalhado pelos adotantes, para que eles compreendam que ser pai e mãe é uma questão que vai muito além da ligação genética que se tem com o filho. “Eu defendo ardorosamente que para um adotante possa de fato chegar até a adoção, ele vai precisar passar por algum momento de enlutamento dessa questão”, exclama a Dra. Maria Luiza.

Se isso não acontece, a especialista argumenta que “aquela criança que está ali diante de mim vai ser vista como alguém que ao mesmo tempo soluciona minha questão [a infertilidade], mas também desperta a lembrança daquele filho que não pude ter. É uma relação muito ambígua, muito ambivalente, trazendo consequências para o vínculo e sendo um fator que interfere na boa qualidade da relação entre pais e filhos”.

Ela ainda comenta que caso esse luto narcísico não seja feito, há o risco de que o adotado seja encarregado de responder a uma expectativa que não lhe condiz. “É péssimo que uma criança tenha essa missão de substituir uma outra”, comenta a psicóloga.

O Dr. Marcos afirma que é preciso trabalhar o lado positivo da adoção, para que esses casais inférteis se desprendam da ideia de segunda opção. “Você tem um problema, só que esse problema pode ser uma solução maravilhosa para uma criança que já existe, que não tem uma família”, afirma. Para ele, isso passa uma sensação de orgulho, “acreditar que não é o sangue ou a semelhança de pele que constrói um laço profundo entre os seres humanos, é o amor. Se você acredita muito nisso, você não vai ter insegurança”.





“Nunca imaginei que seria possível amar uma criança que não nasceu de mim, tanto quanto amo meus biológicos”. Os três filhos mais velhos possuem 24, 18 e 17 anos. E o pequeno Davy tem 3. “Ele mora com a gente desde um mês de vida”. Davy é filho biológico da prima de segundo grau do marido. “É usuária”. “Só tinha 17 anos”. “Tinha o abandonado no hospital”. O casal possui a guarda dele desde bebê. “Esperamos ele fazer três anos para entrarmos com adoção”. “Somos apaixonados por ele”.

Flavia Wilson, mãe do Davy.





Outro lado da história

Uma história de adoção normalmente é contada de forma incompleta. O encontro entre adotantes e abrigados, assim como a formação dos vínculos afetivos, são narradas como um caminho de desafios e vitórias. Mas sempre há uma personagem marginalizada e que percorre a narrativa como um elemento externo, mesmo sendo peça fundamental: a mãe biológica*.

É preciso destacar que quando se fala sobre crianças destituídas, pode-se dizer que há de forma geral dois tipos de progenitoras: as doadoras e as omissas. Apesar de ambas perderem o laço jurídico com os filhos, os motivos que levam a essas separações são diferentes.

A primeira entrega a criança de livre e espontânea vontade às assistentes sociais. “Essa mãe tem todo o direito de entregar o filho para adoção. Isso não é crime. Não tem nenhuma irregularidade. Pelo

* Antes, deve-se ressaltar que aqui há uma reflexão sobre a figura materna original dentro do contexto da adoção. Mas é preciso estar ciente de que muitos pais biológicos também negligenciam os cuidados de seus filhos, são protagonistas do abandono parental e responsáveis por atos de violência contra os menores.



contrário, a mãe entregar o filho nessa condição é um ato de amor e respeito”, alega o Dr. Iberê.

Toda mulher possui o direito de entregar seu recém-nascido à adoção, desde que haja um acompanhamento psicológico para que se tenha certeza das suas motivações e que se assegure que ela compreende as consequências da sua atitude, pois depois da destituição, ela não poderá retomar o bebê.

O Juiz Iberê ainda garante que as mães possuem o benefício do sigilo da gestação, ou seja, do anonimato do parto e da entrega à adoção. “A mãe pode ter escondido a gravidez da família e não quer que ninguém saiba”, comenta o jurista. A única coisa ressaltada por ele é que a entrega voluntária não significa que a mãe possa escolher quem adotará o bebê, na conhecida “adoção consensual”. A questão do sigilo garante apenas que a criança será encaminhada direto para o abrigo ou para o próximo casal na fila de espera.

A Dra. Maria Luiza destaca que nesses casos é de extrema importância o acompanhamento psicológico dessas mulheres. Ela explica que a situação dessas genitoras “no geral, é dramática”. Isso porque “o próprio projeto narcísico delas se vê abalado”. Muitas vezes elas se obrigam a abrir mão de seus filhos, por acreditarem que não possuem condições de cuidar deles.

“São mães abandonadas. Pelo marido, pela sociedade. E carregam muitas vezes muita culpa em função de ter entregue a criança”, comenta a especialista ao citar o livro “Mães Abandonadas” da psicanalista Maria Antonieta Pisano Motta.

Diversos estados possuem programas de incentivo à entrega voluntária, mas poucos casos acontecem de fato. Por exemplo, em Pernambuco**, desde 2009, cerca de 246 mulheres foram atendidas com a intenção de entregar seus filhos à adoção, mas apenas 33 realmente mantiveram as suas intenções iniciais. Já no Mato Grosso***, 40 bebês foram entregues entre janeiro de 2015 e maio de 2018.

Esses números tão baixos são resultados não apenas do trabalho da equipe técnica da Vara da Infância e da Adolescência em identificar se o desejo da mãe é real ou se é resultado de desequilíbrios emocionais momentâneos, como a depressão pós-parto, mas também do receio que as genitoras possuem em declarar a sua vontade. “Tem muita mãe que

** Dados do Tribunal de Justiça de Pernambuco disponibilizados pelo CNJ.

*** Dados do Tribunal de Justiça do Mato Grosso disponibilizados pelo CNJ.





deixa o filho na lixeira, achando que vai ser punida se o entregar. Ela não quer matar o filho, ela quer que ele seja encontrado. Faz isso por ignorância normalmente”, comenta o Dr. Iberê.

Mas a Dra. Maria Luiza rebate que o preconceito da população também abala a confiança das doadoras. “O imaginário social entende que a maternidade é sagrada. Então a mulher que abandona, rompe com uma concepção cultural que afronta aquela que quer ser mãe e não consegue”, afirma a especialista.

Esse sentimento também é reforçado pelo segundo tipo de progenitoras de menores abrigados. As omissas são forçadas a se desvincularem do menor após intervenção da Justiça. “Não basta ser mãe no papel. A gente precisa saber até que ponto aquela mãe dá efetivamente assistência para a filha”, afirma o Dr. Iberê. Esses casos tendem a envolver maus-tratos, uso de álcool e drogas ilícitas, abusos psicológicos e físicos e abandono, o que obriga a Vara da Infância e da Juventude a atuar.

Esse grupo é o que mais gera revolta nos habilitados na fila da adoção. “Isso está diretamente ligado à experiência deles de frustração. ‘Como é que essa que pode ter filhos faz uma coisa dessa, e eu aqui que tenho todo amor para dar não posso ter um?’”, explica a psicóloga. Uma vez que a maternidade é vista como algo desejável, a sua rejeição é interpretada como algo absurdo. “Aquele que pode ter filhos e os abandona é considerada uma mulher que rompe com uma normatividade social”, comenta a Dra. Maria Luiza.





Escolhas

O Dr. Iberê afirma que a adoção, propriamente dita, começa “quando você junta duas pontas”. Fundamentalmente, um processo de adoção tem como objetivo garantir mais do que apenas o convívio familiar e comunitário. Esse é um mecanismo social feito para manter as crianças e os adolescentes a salvo de negligências, abusos, explorações e violências, para que dessa forma eles possam ter um desenvolvimento psicossocial positivo.

Mas não se pode ignorar que a formação do vínculo afetivo entre as partes é essencial. “A consideração do laço é maior, mais importante as vezes do que está escrito na lei”, afirma a Dr. Maria Luiza.

Assim, para juntar as duas pontas, não se pode esquecer que de um lado há crianças e adolescentes que precisam lidar com traumas, abandonos e a construção da sua personalidade. Do outro, há adultos voltados para a sua própria individualidade e projeções para o futuro, e que muitas vezes se encontram frustrados com a impossibilidade de realizarem seus planos como idealizaram. São pessoas machucadas no geral.

Os abrigos possuem um acompanhamento psicológico para que os menores trabalhem suas questões, assim como os processos de habilitação tentam orientar os pretendentes e recomendar atendimentos



particulares. Isso para que os dois sintam-se preparados para entrarem em uma nova fase familiar.

Por isso que alguns processos são mais demorados do que outros. Porque é necessário que tanto os adotantes quanto os adotados estejam aptos para criarem um laço afetivo saudável. “Não existe um critério objetivo. (...) Precisa ver se vai ter uma compatibilidade, uma empatia entre ambos”, afirma o Juiz sobre o processo de convivência e adaptação da adoção.

Essa fase demanda certo cuidado para que a insegurança não dificulte as coisas. “É completamente natural não haver o vínculo logo de cara”, exclama a Dra. Tatiany. Ela defende que o mais importante é tomar a decisão de se tornar uma família, estar disposto a enfrentar todas as dificuldades que essa relação traz. “O vínculo vem com o tempo, com o cuidado, com a primeira doença, com o cocô, enfim. O vínculo vai acontecendo naturalmente com os perrengues e com as coisas boas”.




Aguardando

Um quarto pequeno, com armário, berço-cama e papel de parede de marinheiro. Sobre a mobília é possível ver alguns quadros e entre eles, um se destaca. “Espero você desde 2013”, diz a escrita feita com giz na lousa fotografada. Tudo parece um pouco vazio e sem vida. Mas quando Roberto Carlos começa a tocar, é como se um novo mundo surgisse no apartamento da Ludimila Oliveira Pereira, de 39 anos, no Rio de Janeiro.

Ela imagina as brincadeiras pelo chão, as aulas de jiu-jitsu, fantasias de super-herói, primeiros dias de aulas e festas de família. O rei canta “estou guardando o que há de bom em mim/ Para lhe dar quando você chegar/ Toda ternura e todo o meu amor/ Estou guardando para lhe dar”. E entre um futuro de possibilidades, ela já imagina o filho, que ainda nem encontrou, a chamando de mãe.

Ludimila está habilitada na fila de adoção desde dezembro de 2017. Ela espera por um menino de até três anos, não importando a sua cor ou estado de saúde. “Se eu engravidar naturalmente e meu filho tiver algum problema qualquer, eu não vou ter que me virar? Então estou nem aí, vai ser do jeito que Deus mandar e a gente dá um jeito”.

Ela vive a sua espera como viveria uma gravidez. O quartinho do bebê já está quase pronto, com os móveis quase todos arrumados. O berço-cama foi presente dado pelo seu pai em abril e foi o pontapé inicial



para que o cômodo vazio no seu apartamento se tornasse um lugar de conforto.

“Fico observando, imaginando quando ele chegar”. Às vezes, antes de dormir, Ludimila conversa com seu filho. “Falo que estou esperando-o chegar, para ele não ter medo que eu vou encontrá-lo. Oro a Deus para tomar conta dele enquanto eu não chego. Tenho a minha crença e tenho certeza que ele me escuta, independentemente de ter nascido ou não”.

Ela também canta para ele.

“Portão” de Ayrton Montarroyos já está separada para ser a trilha sonora do seu encontro. “Depois que te conheci/ Era como se não houvesse antes/ Meu mundo é agora em diante/ É como plantar um jardim/ Nem sei quanto tempo esperamos/ Até que um dia enfim/ Você já faz parte de mim”. A letra toca sempre que ligam para ela.

“Toda vez que é um número que eu não conheço, que é número fixo, eu fico nervosa para atender o celular, eu fico achando que é do fórum. A espera é um pouco cruel”. Ludimila aproveita esse tempo para se preparar e controlar a ansiedade. Começou a fazer terapia para lidar com as inseguranças do processo e aos poucos está se construindo como mãe.

“Eu tinha vida de solteira. Parei de falar palavrão, porque como eualaria para meu filho não falar essas coisas, quando eu falo? Também mudei meus hábitos alimentares porque eu só comia besteira, mas criança tem que comer coisa saudável, tem que comer chuchu, cenoura e beterraba. Eu não sabia fazer nada disso. Aprendi a cozinhar e a fazer comida saudável, faço atividade física agora também”.

O plano para se tornar mãe surgiu em 2013, mas só foi posto em prática em 2016. Ela esperava pela hora certa para dar entrada ao processo de habilitação. Esperou pela estabilidade financeira, pelo apoio da família e pelo equilíbrio emocional. “Depois eu percebi que se você ficar esperando o momento certo, ele nunca vai chegar porque sempre vai estar faltando alguma coisa”.

No caso de Ludimila, a maior ausência na sua caminhada foi a compreensão da família. “Como que você vai ser mãe se você não tem um marido?” Perguntou a sua mãe inúmeras vezes antes e depois de estar habilitada. De origem mineira e tradicional, demorou um bom tempo para que seus parentes aceitassem que ela não iria esperar se casar para ter um filho.

“Se amanhã eu encontrar uma pessoa e querer passar o resto da vida com ela, então ele vai ter que aceitar que eu já tenho um filho. Eu não vou desistir desse meu filho. Ele já está programado, é mais do que esperado”.



O seu pai foi o primeiro a entender que Ludimila já está construindo sua própria família. Isso aconteceu no dia em que ela foi ao fórum ser notificada que estava oficialmente na fila de adoção. “Eu liguei e falei que estava habilitada e ele perguntou ‘ah, então agora é de verdade?’. Eu falei ‘pai, sempre foi de verdade’. E ele ficou ‘nossa que legal! Então eu vou ser avô!’. Depois desse dia meu pai me trata como se eu fosse uma gestante e eu sou mesmo. Ele sempre me pergunta, me liga para saber como está indo o processo”.

A sua mãe já teve mais dificuldade, falava que ela iria mudar de ideia e que estava tomando uma decisão precoce. Ela até foi chamada para conversar com a psicóloga do fórum para expor o seu posicionamento. “Eu fiquei morrendo de medo do que ela ia falar”, mas no final das contas, deu tudo certo.

Ludimila lembra exatamente do dia em que sua mãe se tornou avó de verdade. Foi quando estava escolhendo o papel de parede para o quarto do bebê. Em dúvida entre qual modelo escolher, foi perguntar para sua mãe o que ela achava melhor. Ela não quis dar muita atenção.




“Olha só mãe, você não está entendendo, você participa de todos os momentos da minha vida, eu não faça nada sem a sua opinião, então você faça o favor de dar a sua opinião de qual acha mais bonito. Mesmo que eu não escolha o que você acha, eu quero saber a sua opinião porque eu quero que você participe desse momento porque esse momento é muito importante na minha vida. Vou contar para o meu filho que foi com a sua ajuda, foi a sua opinião que me ajudou a escolher”.

Foi depois desse momento de honestidade. “Não sei o que aconteceu e como num passe de mágica”, sua mãe passou a apoiá-la. A família, que até então fazia pouco caso sobre o processo de adoção, começou a se envolver aos poucos também.

Ludimila sabe que a espera vai ser longa. Não há uma média exata, mas no grupo de apoio que frequenta, ela percebe que o tempo gira em torno de cinco anos. “Nesse meio tempo, minha família está sendo preparada, eu estou me organizando, eu estou me preparando para ele. Então quando ele chegar, eu sei que vai ser no tempo certo”.

“O meu maior medo no momento é dele passar por algum tipo de dificuldade que eu não possa ajudá-lo. Dele sofrer de alguma forma. A minha terapeuta fala que isso é natural e que todos os pais têm esse medo. Eu cheguei a conclusão que os medos que eu tenho hoje não tem nada a ver com o fato dele ser adotado ou não, são medos bobos que qualquer mãe tem”.

“Sabe, eu não quero um filho perfeito. Eu quero um filho. Não me interessa se ele não tem uma perna, se ele é soropositivo. Isso não vai




alterar em nada o que eu sinto por ele. Eu só quero o meu filho, eu já o amo de qualquer jeito”.


O Dr. Iberê afirma que a adoção, propriamente dita, começa “quando você junta duas pontas”. De um lado há crianças e adolescentes que precisam lidar com traumas, abandonos e a construção da sua personalidade. Do outro, há adultos voltados para a sua própria individualidade e projeções para o futuro, e que muitas vezes encontram-se frustrados com a impossibilidade de realizarem seus planos como idealizaram. São pessoas machucadas no geral.

Os abrigos possuem um acompanhamento psicológico para que os menores trabalhem suas questões, assim como os processos de habilitação tentam orientar os pretendentes e recomendar atendimentos particulares. Isso para que os dois sintam-se preparados para entrarem em uma nova fase familiar.

Por isso que alguns processos são mais demorados do que outros. Porque é necessário que tanto os adotantes quanto os adotados estejam aptos para criarem um laço afetivo saudável. “Precisa ver se vai ter uma compatibilidade, uma empatia entre ambos”, afirma o Juiz sobre o processo de convivência e adaptação da adoção.



Essa fase demanda certo cuidado para que a insegurança dificulte as coisas. “É completamente natural não haver o vínculo logo de cara”, exclama a Dra. Tatiany. Ela defende que o mais importante é tomar a decisão de se tornar uma família, estar disposto a enfrentar todas as dificuldades que essa relação traz. “O vínculo vem com o tempo, com o cuidado, com a primeira doença, com o cocô, enfim. O vínculo vai acontecendo naturalmente com os perrengues e com as coisas boas”.





Agradecimentos

Gostaria de fingir que escrever um livro foi uma tarefa fácil, mas não posso. Porque a verdade é que este trabalho é provavelmente uma das coisas mais difíceis que já fiz. Definir uma temática e conseguir extrair o melhor de cada fonte foram desafios consideráveis. Agora, encontrar as palavras certas para construir a narrativa foi uma missão quase impossível.

Muitas vezes não achei que conseguiria.

Felizmente, no final das contas deu tudo certo!

Não posso negar que tive momentos de desespero ao longo do caminho. Existe uma frase atribuída a Carlos Drummond de Andrade que diz que “há livros escritos para evitar espaços vazios nas estantes”, e ela me assombrou durante todo o processo. Como eu poderia ter certeza de que estava fazendo algo bom? Algo que realmente fosse interessante para outras pessoas e que tivesse um conteúdo relevante? Eu dediquei tanta energia ao meu trabalho que eu não gostaria de que ele fosse mais um livreto.

Hoje, eu sei que não mereço nenhum Jabuti. Na verdade, eu mudaria muita coisa se pudesse e, talvez, até seguisse um caminho diferente. Mas eu tenho orgulho do que consegui realizar. O *Procura-se*



uma família foi um grande aprendizado para mim e representa o meu amadurecimento tanto como pessoa quanto como profissional.

Eu agradeço às forças do Universo por terem me proporcionado essa experiência.

É claro, porém, que muitas outras pessoas foram importante nessa trajetória. Por isso, reservo este espaço para os meus agradecimentos.

Começo pela minha família. Os meus pais estiveram envolvidos em todas as fases do desenvolvimento deste livro. Eles se apegaram às minhas pesquisas e às histórias que eu conheci, e também observaram as tardes, noites e madrugadas que eu passei escrevendo. Eles desejavam saber sobre meu trabalho até quando eu queria fingir que não tinha que fazê-lo. O mesmo vale para a minha irmã. Ela não negou nenhum dos meus pedidos de ajuda e tentou me desestressar sempre que eu não aguentava mais. Sendo sincera, eles sempre estiveram comigo desde o começo, quando eu optei pelo jornalismo.

Falando em apoio, não posso esquecer dos meus amigos. Eles passaram mais de um ano me ouvindo discutir sobre a mesma coisa. Não teve uma das nossas conversas que não acabou envolvendo este livro. Eles também merecem um pedido de desculpa, pois, de alguma forma, eu os obriguei a participarem da produção transcrevendo áudios, ajeitando gráficos e lendo milhares de vezes o que tinha escrito para que eu tivesse certeza de que era compreensível. Sem contar que aguentaram os meus dramas sem reclamarem uma única vez. A minha família me deu suporte emocional, mas meus amigos foram como uma equipe técnica não-remunerada me ajudando a não perder a linha de raciocínio. Eu prometo que vou ajudar a todos quando passarem por esta fase.

Eu não posso deixar de dar o meu agradecimento especial ao meu parceiro durante todo esse projeto: Professor Rafael. Ele é tão tranquilo e paciente que até hoje eu não sei porque ele me aceitou como orientanda. Nossas reuniões foram uma mistura fofocas, terapias e monólogos meus sobre como eu estava ou não avançando com o meu trabalho. Eu falava até não ter mais palavras dentro da minha mente e ele ignorava toda a minha enrolação para me apontar que eu já estava no caminho certo. O Rafa sempre foi generoso na sua orientação, mesmo quando eu estava sendo teimosa. Não tenho palavras para agradecer. Eu não poderia ter tido melhor orientador do que o Professor Rafael.

Por fim, eu agradeço a todos os entrevistados para este livro. Os profissionais me abriram a mente para questões tão amplas e elaboradas que foi impossível não parar para refletir sobre os meus próprios laços afetivos. Eles foram gentis em dividirem seus conhecimentos comigo e me permitirem desenvolver boa parte do conteúdo deste projeto.



Já às famílias que compartilharam comigo as suas histórias, eu não sei como demonstrar a minha gratidão por falarem sobre as suas experiências. Sei que muitos de vocês ainda carregam medos e feridas, mas mesmo assim, vocês foram amorosos o bastante para me contarem sobre vocês e seus sonhos. Eu desejo tudo de bom para as famílias de vocês e espero que o telefone toque o mais rápido possível para quem ainda está esperando.

Obrigada.



